

DISCIPLINA: Direito Ambiental

CARGA HORÁRIA: 80

CRÉDITO: 04

PRÉ-REQUISITO: Direito Administrativo II

PERÍODO: 6º

B. EMENTA

Conceito de Direito Ambiental. As competências dos Entes Federados em matéria ambiental na Constituição Federal. Princípios que regem o Direito ambiental, Institutos e instrumentos jurídicos do Direito ambiental. Âmbito e conteúdo do Direito Ambiental. Lei de defesa do Meio Ambiente. Direito ambiental comparado e Direito Ambiental internacional.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceituação DE dlreito Ambiental: Meio ambiente e a norma constitucional; Concepções técnicas e científicas e natureza jurídica. **2. Competência ambientais:** União,

Estados, Distrito Federal e Municípios; Bens da União; Bens dos Estados, Distrito Federal

e Municípios **3. Princípios Constitucionais da ordem econômica e a proteção do meio**

ambiente: Princípios fundamentais do Direito Ambiental; Princípio da prevenção; Princípio do poluidor-pagador ou responsabilização; Princípio da cooperação **4.**

Institutos

e instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: Zoneamento; Estudo dee

Impacto Ambiental; Licenciamento; Autorização; **5. Responsabilidade Civil, reparação**

do dano ecológico: Meios processuais de defesa; Ação Civil Pública; Ação Popular **6.**

Direito Ambiental comparado: Aspectos relevantes do Direito Internacional; Eventos marcantes.

D.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, Paula de Bessa Curso de Direito Ambiental. Rio de Janeiro Renovar, 1990;

2. ATHIAS, Jorge Alex Nunes. Responsabilidade Civil e Meio Ambiente; breve panorama no Direito Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

3. BARACHO Jr. José Alfredo de Oliveira. Responsabilidade Civil por dano ao meio ambiente. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2000;

4. MACHADO, Paulo Afonso Leme, Direito Ambiental Brasileiro, São Paulo: Malheiros, 1998;

5. SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional, São Paulo: Malheiros, 1994;
6. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 7ª. Edição, São Paulo: Malheiros, 1997;
7. DECOMAIN, Pedro Roberto. Direito à informação ambiental. Revista de informação Legislativa nº 83/385.
8. MACHADO, Paulo Afonso Leme. Constituinte e meio ambiente. Revista de Informação Legislativa nº 93/329;
9. MANZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. 7ª edição São Paulo: Saraiva, 1995;
10. MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Hábeas Data. 18ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997;
11. MILARÉ, Edis. Ação Civil Pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995;
12. MORAES, Alexandre de Direito Constitucional. 7ª edição São Paulo Editora Atlas, 2000.

FILOSOFIA JURÍDICA

Carga Horária: 60 Horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – As origens da reflexão filosófica do Direito na civilização ocidental

- O pensamento mitológico: A deusa da Justiça
- O teatro grego: O dilema de Antígona
- A racionalidade grega: Os mélios

II – O pensamento Clássico – Gregos e Romanos

- **Platão:** da *República* às *Leis*.
- **Aristóteles:** a *Ética* e a *Política*.
- **Os Romanos:** Cícero e Sêneca

III – O Direito na Idade Média

- **Santo Agostinho e São Tomas de Aquino:** o Direito Natural Divino

IV – O Direito e a Modernidade

- **Maquiavel** e a separação entre Ética e Política.
- Os Contratualistas e jusnaturalistas: **Hobbes, Locke e Rousseau.**
- **Kant** e o Direito.
- **Kelsen** e o positivismo jurídico.

V – A sociedade contemporânea e o Direito

- **Noberto Bobbio:** A era dos direitos
- **John Rawls** e a teoria da justiça
- **J. Habermas** e a legitimidade discursiva do Direito.

ÉTICA

Carga Horária: 60 Horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – Introdução

- A Ética e suas áreas de investigações
- Certo e errado
- Diferentes correntes da Ética

II – Ética de Virtudes

- A Ética aristotélica
- A felicidade como finalidade
- O justo meio
- Quais são as Virtudes a serem cultivadas?

III – Ética Deontológica

- Ética Kantiana
- Moral e Ética
- O Imperativo Categórico
- A vontade racional e a noção de dever
- Liberdade e Autonomia

IV – Ética Teleológica consequencialista

- O Utilitarismo de John Sturt Mill
- A crítica de Mill e Kant
- O princípio da Utilidade
- Os diferentes prazeres e a felicidade
- Indivíduo e Sociedade no utilitarismo de Mill

V - Bioética

- A Ética aplicada às questões morais cotidianas
- Ética e Direito
- Ética e Direitos Humanos
- Por que agir moralmente?

MEDICINA LEGAL

Carga Horária: 60 Horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – Introdução a Medicina Legal

1. Histórico
2. Relações com as demais ciências médicas e jurídicas
3. Importância da Medicina Legal
4. Ética médica
5. Noções de Anatomia Humana
6. Peritos, perícias, laudos e pareceres

UNIDADE II – Antropologia e Traumatologia Forense

1. Conceito e classificação dos meios produtores de lesões
2. Lesões produzidas por meios mecânicos, térmicos, elétricos, químicos e asfíxicos
3. Lesões produzidas por meios de tortura e maus-tratos
4. Lesões simuladas
5. Lesões por energia de ordem física
6. Energias de ordem bioquímica, biodinâmica e química

UNIDADE III – Tanatologia, Sexologia e Obstetrícia Forense

UNIDADE IV – Laudos de Exames Médico-Legais

1. Laudos de exames de lesão corporal e cadavérico
2. Laudos de exames de conjunção carnal e atentado ao pudor
3. Laudo de exame psiquiátrico
4. Laudo de exame de erro médico.

Aulas práticas: perícias, exumação necrópsias, redação de laudos periciais.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Administrativo I

CARGA HORÁRIA: 80

CRÉDITO: 04

PRÉ-REQUISITO: Direito Constitucional I

PERÍODO: 4º

B. EMENTA

1. Conceito de Direito Administrativo 2. O Regime Jurídico-Administrativo 3. Estado político e Organização Administrativa 4. Função política e Função Administrativa 5. Atividade Estatal na Organização Administrativa 6. Funcionário Público, Posição Constitucional e Regime Jurídico 7. Atos Administrativos 8. Licitações Públicas.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceito de Direito Administrativo: Escola do serviço público; critério do poder executivo; critério das relações jurídicas; critério tipológico; critério negativo ou residual; critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado; critério da administração pública; critério sobre o conceito mais adequado 2. O Regime Jurídico-Administrativo: os regimes público e privado na administração pública; regime jurídico administrativo; princípios da administração pública – da legalidade da supremacia do interesse público, da impessoalidade, da presunção de legalidade ou de veracidade, da especialidade, do controle ou tutela, da autotutela, da hierarquia, da continuidade do serviço público, da publicidade da moralidade administrativa, da razoabilidade, da motivação, da eficiência; poderes da administração – normativo, disciplinar, decorrentes da hierarquia 3. Estado | Político e Organização Administrativa: a) a estrutura administrativa: conceito, elementos e poderes do Estado – conceito de Estado, elementos do Estado, poderes do Estado, organização do Estado e da administração pública – organização do Estado, organização da administração; governo e administração pública; Entidades políticas e administrativas – entidades estatais, entidades autárquicas, entidades judiciais, entidades paraestatais; órgãos e agentes públicos; b) a atividade administrativa: conceito de administração, natureza e leis da administração; c) os poderes e deveres do administrador público: poder-dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; d) o uso e o abuso do poder: uso do poder, abuso de poder-excesso de poder, desvio de

finalidade e omissão da administração 4. Função Política e Função Administrativa: Distinção entre poderes administrativos e poderes políticos; poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia e polícia sanitária 5. Atividade Estatal na Organização Administrativa: serviços públicos: a) considerações gerais – conceito e classificação dos serviços públicos; competência para a prestação de serviço – competência da União, do Estado e do município; formas de prestação de serviços – serviço centralizado, descentralizado, desconcentrado, execução direta do serviço; execução indireta do serviço; b) autarquias – conceito e caracteres, instituição, privilégios, autarquias de regime especial; c) Fundações Públicas – conceito, caracteres, instituição, administração, controle e extinção; d) Entidades paraestatais – conceito e caracteres, competência para instituir, objeto, patrimônio, administração, dirigentes regime do pessoal, controle das entidades paraestatais, espécies de entidades paraestatais (empresas públicas, sociedade de economia mista e serviços sociais autônomos); e) Serviços Delegados a particulares serviços concedidos, (serviços permitidos e serviços autorizados); f) Convênios e consórcios administrativos. 6. Funcionário Público: Posição Constitucional e Regime Jurídico: Servidores públicos; a) Considerações Gerais – servidores público e regime jurídico único; b) Organização do serviço público – organização geral, cargos e funções, criação, transformação extinção de cargos, funções ou empregos públicos, provimento de cargos, direitos do titular do cargo, competência para organizar o serviço público (Da União, Do Estado e do Município); c) Normas Constitucionais Pertinentes aos Servidores aos cargos, concurso, desinvestidura de cargo ou emprego público, paridade de vencimentos, vedação de equiparações e vinculações, acumulação de cargo, emprego e funções públicas, estabilidade, aposentadoria, pensão por morte, tempo de serviço, exercício de mandatos eletivos, demissão de vitalícios e estáveis, reintegração, responsabilidade civil de servidores, competência da justiça comum; d) Deveres e Direitos dos servidores – deveres, restrições judiciais, direitos, vencimentos e vantagens pecuniárias; e) Responsabilidades dos servidores administrativa, civil e criminal, meio de punição, seqüestro e perdimentos de bens, enriquecimento ilícito, abuso de autoridade. 7. Atos Administrativos: Conceito, elementos formadores, classificação, espécies. Anulação, revogação e convalidação. Extinção dos atos administrativos. 8. Licitação: Dever de licitar Conceito e finalidade legislação. Princípios. Objeto. Contratações diretas: licitação dispensada, dispensável e inexigível. Modalidades de licitação. Procedimentos – fases.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Editora Malheiros;
2. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. Editora Saraiva;
3. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Editora Atlas.

4. CAMMAROSANO, Márcio. Provimento de Cargos Públicos no Direito Brasileiro. Ed. RT;
5. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Elementos do Direito Administrativo. Editora RT
6. TÁCITO, Caio. Direito Administrativo. Editora Saraiva.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Civil V

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 60

CRÉDITO: 03

PRÉ-REQUISITO: Direito Civil IV

PERÍODO: 6º

B. EMENTA

1. Direito de Família 2. Do Casamento 3. Do Concubinato 4. Formalidades que Antecedem a Realização do Casamento 5. Dos Impedimentos 6. Da Celebração do Casamento 7. Das Provas do Casamento 8. Do Casamento Nulo e Anulável 9. Do Casamento Purativo 10. Dos Efeitos Jurídicos do Casamento 11. Dos Direitos e Deveres do Marido. Dos Direitos e Deveres da Mulher 12. Do Regime de Bens entre os Cônjuges 13. Da Dissolução da Sociedade Conjugal 14. Do Divórcio 15. Da Proteção da Pessoa dos Filhos 16. Do Direito de Visita 17. Relação de Parentesco, Da Filiação e Reconhecimento de Filhos 18. Da Adoção 19. Do Pátrio Poder 20. Dos Alimentos 21. Da Tutela 22. Da Curatela 23 Da Ausência.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direito de Família: Generalidades, Definição e Conteúdo; Caracteres do Direito de Família 2. Do Casamento: Definição; Caracteres; Natureza Jurídica; Fins História 3. Do Concubinato: Conceito e \notícia Histórica; Situação da Concubina Parente a Lei e a Jurisprudência 4. Formalidades que antecedem a realização do Casamento: Requisitos de Habilitação Matrimonial; Suprimento Judicial do Consentimento Paterno; casamento de Divorcio; Processo de Habilitação; Exame Pré-Nupcial 5. Dos Impedimentos: Generalidades; Impedimentos Resultantes do Parentesco; Impedimento Resultante de Afinidade; Impedimento Resultante da Adoção; Impedimento Resultante de Casamento Anterior de um dos Nubentes; Impedimento Decorrente de Delito; Falta e Vício do Consentimento; Falta do Consentimento dos Pais ou Representante Legal; Idade Nupcial; Impedimentos Impedientes; Oposição dos Impedimentos 6. Da Celebração do Casamento: Formalidades; Casamento Perante Autoridade Diplomática ou Consular; Casamento Nuncupativo; Casamento Religioso de Efeitos Civis 7. Das Provas do Casamento: Prova Específica; Posse do Estado de Caso 8. Do Casamento Nulo e Anulável: Generalidades; Da ação de Nulidade e Anulação; Separação Prévia de Corpos; Do Casamento Nulo; Do Casamento Anulável; Erro Sobre Pessoa, Erro Concernente à Identidade de Outro Cônjuges; Erro sobre a Honra e a Boa Forma; Ignorância de Crime Inafiançável; Defeito Físico Irremediável; Moléstia Grave e Transmissível por Herança;

Defloramento da Mulher ignorado pelo marido; Dolo por causa de anulação; Quem pode propor ação de anulação em caso de erro; Prazos prescritivos; Disposições Processuais; Provas Admitidas 9. Do Casamento Putativo: Conceito e notícia histórica; casamento putativo perante o Direito Brasileiro 10. Dos Efeitos Jurídicos do Casamento: Disposições Gerais; deveres de ambos os cônjuges, fidelidade recíproca; dever de coabitação; mútua assistência; sustento guarda e educação dos filhos 11. Dos Direitos e Deveres do Marido, Dos Direitos e Deveres da Mulher: Disposições Gerais; atos que o marido não pode praticar sem outorga Uxória; forma de outorga Uxória; sanções ecorrentes de outorga e prazos prescritivos; Da capacidade civil da mulher ; administração da sociedade conjugal da mulher casada; administração da sociedade conjugal pela mulher; suprimimento da outorga marital 12. Do Regime de Bens entre os Cônjuges: Características dos regimes matrimoniais; do pacto-ante-nupcial; estipulações permitidas e proibidas no pacto-ante-nupcial; inscrições no regime competentes; Do Regime de comunhão parcial; noção de especificação dos bens particulares; bens que entram para comunhão; Do Regime de comunhão Universal; conceito e natureza jurídica; bens incomunicáveis; administração da comunhão; comunicabilidade dos furtos; Do Regime de separação dos bens; conceito; formas de separação; incomunicabilidade das dívidas; contribuição da mulher para os encargos domésticos; administração dos bens conjugais; Do Regime Dotal; noção e elementos; constituição de Dotes; quem pode constituir dote; o que pode ser dado em dote; pactos permitidos no contrato dotal; direitos e obrigações do marido em relação aos bens dotais; dívidas passivas; restituição do dote; separação do dote; bens parafernais 13. Da Dissolução da Sociedade Conjugal: Generalidades; Separação Litigiosa e suas causas; adultério; tentativa de morte; sevícia; injúria grave, abandono do lar por mais de dois anos; Da Ação de separação; peculiaridade da Ação de Desquite; coisa julgada; conseqüências da decisão proferida em ação de separação de ação judicial; da separação amigável; generalidade ; processo; restabelecimento da sociedade conjugal 14. Do Divórcio: Do Divórcio; argumentos a favor e contra o divórcio 15. Da Proteção da Pessoa dos Filhos: Disposições Gerais; Sobre as relações de parentesco; espécies de parentesco afinidade 16. Direito de Visita: Regras Gerais; Do Direito de Visita 17. Relação de Parentesco: Regras

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Editora Saraiva;
2. DINIZ, Maria Helena Curso de Direito Civil Brasileiro . Editora Saraiva;
3. PEREIRA, Caio Mário da Silva Instituições de Direito Civil Ed. Forense;
4. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil Editora Saraiva;
5. MIRANDA, Darcy Arruda Anotações ao Código Civil Brasileiro Ed. Saraiva;
6. VIANA, Marco Aurélio. Curso de Direito Civil Editora Del Rey;
7. WALD, Arnaldo. Curso de Direito Civil Brasileiro Editora RT.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA

**NUCLEO DE CIENCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Eleitoral

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 60

CRÉDITO: 03

PRÉ-REQUISITO: Direito Constitucional II

PERÍODO: 10º

B. EMENTA

Direito Eleitoral: Noções Introdutórias e conceitos básicos – Princípios Constitucionais – Sistemas Eleitorais adotadas no Brasil – Legislação Brasileira Específica.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direito Eleitoral: Conceito, Objetivo, Fontes Relações com as diferentes disciplinas jurídicas e importância de seu estudo; Poder Representativo, Manifestações eleitorais na Grécia e em Roma, Práticas eletivas na Idade Média, Instituições representativas em Portugal. O alvorecer das instituições representativas entre os germanos e saxões, Transplantação de instituições representativas lusitanas para o Brasil-colônia, Organização eleitoral brasileira após a Independência, Natureza da representação política, Transformações no regime representativo, Natureza do sufrágio; Organização eleitoral, Aspectos da organização eleitoral, Da extensão do sufrágio, Valor do sufrágio, Modo de sufrágio, Forma de sufrágio, Da distribuição territorial, Sistemas eleitorais, Implicações da organização eleitoral sobre os sistemas políticos, Refração do sistema eleitoral no ambiente rural, Distorções do sistema eleitoral no ambiente urbano; Justiça Eleitoral, O controle do processo eleitoral, Características institucionais, Órgãos e composição, Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral, Competências; Ministério Público na Jurisdição Eleitoral, conceito, funções posição Institucional, Órgãos, Competências na jurisdição eleitoral, Causas inibitoriais de exercício de competências; Capacidade Política, A capacidade política, Limitações decorrentes

de descumprimento do dever eleitoral; Alistamento Eleitoral, Do ato de alistamento, Efeitos do alistamento, Requisitos á inscrição eleitoral, Processo Transferência, Fases do alistamento, Cancelamento e exclusão, Fiscalização partidária; Elegibilidade, Elegibilidade: escolha e registro de candidatos, Partes legítimas para arguição, Impugnações, Inelegibilidade, Procedimentos objetivando a declaração de inelegibilidade; Garantias Eleitorais, Aspectos gerais; Prop0aganda Eleitoral, conceituação da propaganda, técnicas de propaganda, A liberdade de propaganda, Dimensionamento jurídico da propaganda eleitoral no Brasil, Pressupostos igualitários na propaganda política, Processos de controle aplicáveis á propaganda; Atos preparatórios á votação, divisão eleitoral, seções eleitorais, composição das mesas receptoras, competência das mesas receptoras, Localização das mesas receptoras, Fiscalização perante as mesas receptoras, Medidas preparatórias; Votação Instalação dos trabalho da mesa receptora, A manifestação do voto, Votos em separado, Regras especiais de votação, Impugnações e recursos, Encerramento da votação; Apuração eleitoral, Funcionamento da Junta Apuradora, Abertura da urna, Impugnações e recursos durante a apuração, Contagem de votos, Da escrituração pertinentes á apuração. Apuração nos Tribunais Regionais, Proclamação e diplomação dos eleitos; Invalidez de atos eleitorais, Invalidez no Direito Eleitoral, Nulidades no Código Eleitoral. Anulabilidades no Código Eleitoral, Invalidez de atos partidários; Recursos eleitorais, conceituação do recurso, Modalidades dos recursos eleitorais, Interposição dos recursos eleitorais, Tramitação dos recursos nos Tribunais, Prazos dos recursos, Efeitos dos recursos; Crimes eleitorais, Progressivo isolamento dos crimes eleitorais da legislação penal comum, Natureza dos crimes eleitorais, Classificação dos crimes eleitorais, Especificação dos crimes eleitorais, A conexão dos crimes eleitorais, As penas nos crimes eleitorais; Processo Penal e Processo Disciplinar no Direito Eleitoral, Apreciação introdutórias, Processo Penal Eleitoral, Princípios processuais, Recursos e execuções criminais, Processo disciplinar eleitoral, Processo disciplinar partidário.

D. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. São Paulo, JOLOVI
COSTA, Antônio Tito. Recursos em matéria eleitoral. São Paulo, RT
COSTA, Edigard. A Legislação Eleitoral Brasileira. Rio de Janeiro, Departamento de Im
Prensa Nacional
COSTA, Elcias Ferreira da Compêndio de Direito Eleitoral. São Paulo, Sugestões Literá
Rias.
FERREIRA, Luís Pinto. Comentários á Constituição Brasileira. São Paulo, Saraiva
_____,Comentários ao Código Eleitoral. São Paulo, Saraiva
JARDIM, Torquato. Introdução ao Direito Eleitoral Positivo. Brasília, Brasília
Jurídica

LEMBO, Cláudio. Participação Política e Assistência Simples no Direito Eleitoral. Rio de Janeiro, Forense Universitária

MATA, Aroldo. Abuso do Poder Economico no Direito Eleitoral. Fortaleza, Stylos.

MOTA FILHO, Cândido. Conteúdo Político das Constituições. Rio de Janeiro, Freitas Bas Tos

NESS, Pedro Henrique Távora. Direitos Politicos – Condições de Elegibilidade e Inelegibilidade. São Paulo, Saraiva.

RIBEIRO, Flávia. Direito Eleitoral. Rio de Janeiro, Forense;

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros Editora.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Processual Civil III

CARGA HORÁRIA: 80

CRÉDITO: 04

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Civil II

PERÍODO: 8º

B. EMENTA

1. Petição Inicial 2. Pedido 3. Citações. 4. Defesa do Réu 5. Das Exceções 6. Da Contestação 7. Reconvencão 8. Julgamento conforme o Estado do Processo 9. Audiência de Instrução e Julgamento 10. Da Prova - Objeto da Prova 11. Ônus da Prova 12. Prova Emprestada 13. Falta ou Insuficiência de Prova 14. Sistema ou Apreciação de Provas 15. Prova Documental 16. Exibição de Documento ou Coisa 17. Da Confissão e do Depoimento Pessoal 18. Prova Testemunhal 19. Exames Periciais.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Petição Inicial: Petição Inicial; Requisitos da Petição Inicial; Juiz, Partes; O Fato e os Fundamentos Jurídicos do Pedido; O Pedido e suas Especificações; Os Meios de Prova; Requerimento para Citação do Réu; Valor da Causa; Documentos Instrumento de Mandato ; Ementa ou Complementação da Petição Inicial; Indeferimento da Petição Inicial; Natureza Jurídica do Ato de Indeferimento da Inicial e suas Conseqüências; Deferimento da Petição Inicial; Distribuição e Registro; Inalterabilidade da Petição Inicial **2. Do Pedido:** Conceito de Pedido; Requisitos do Pedido; Espécies de Pedidos; Pedidos de Determinados e Genéricos; Pedidos Fixos e Alternativos; Pedidos Subsidiários ou Sucessivos: Pedido Único e Pedidos Acumulados; Pedido de Prestação Periódica; Pedido com Cominação; Pedido de Prestação Indivisível; Interpretação do Pedido **3. Citações, Intimações:** Citação; Natureza da Citação; Necessidade da Citação; Do Destinatário da Citação; Efeitos da Citação; Modalidades da Citação; Citação por Mandato; Citação em Hora Certa; Citação pelo Correio; Citação por Carta; Citação por Carta Precatória; Citação por Carta de Ordem; Citação por Carta Rogatória; Criação por Edital; Requerimento de Citação Poe Edital; Formalidades de Citação por Edital; Das Intimações; De quando Correm os Prazos **4. Defesa do Réu:** Da Defesa do Réu; Direito de Defesa; Espécies de Defesa; Defesa Contra o Processo; Sistema do Código de Processo Civil **5. Das Exceções:** Exceções

Processuais; Linhas Gerais sobre as Exceções Instrumentais; Exceções de Impedimento e da Suspensão; Fundamentos do Impedimento e da Sucessão; Momentos das Arguições de

Impedimento e Suspensão; Procedimentos das Exceções de Impedimento e de Suspensão;

Outras Pessoas Passíveis de Impedimento ou de Suspensão; Exceção de Incompetência; Procedimento da Exceção de Incompetência **6. Da Contestação:** Contestação; Princípios da Eventualidade; Defesa Abrangíveis da Contestação; Defesa Suscitáveis Posteriores à Contestação; Requisitos da Contestação; Prazos para a Contestação; Conclusões da Contestação **7. Reconvenção:** Da Defesa à Reação; Conceituação da Reconvenção; Distinção entre Reconvenção e Defesa; Distinção entre a Reconvenção e a Compensação;

Pressupostos Processuais; Pressupostos Próprios da Reconvenção; Campo de Aplicação da Reconvenção; Procedimento da Reconvenção; Desistência da Reconvenção ou Extinção da Ação Principal. **8. Julgamento Conforme o Estado do Processo:** Efeitos de Ordenamento do Processo; Sentença de Extinção do Processo; Extinção do Processo sem julgamento do Mérito; Extinção do Processo com julgamento do Mérito; Extinção do Processo Cumulativo; Julgamento Antecipado da Lide; Os Casos de Julgamentos Antecipados da Lide; Julgamento Antecipado dos Processos Cumulativos; Despacho Seneador; Natureza do Despacho Seneador; Conteúdo do Despacho Seneador; Da Preclusão do Despacho Seneador ; Em que o processo se profere o Seneador. **9.**

Audiência de Instrução e Julgamento: Da Audiência de Instrução e Julgamento; Princípios que informam a audiência; Atos preparatórios da audiência; Lugar da audiência; Do Horário da Audiência; Publicidade das Audiências; Abertura da Audiência; Pessoas que devem comparecer; Da Conciliação; Poderes de Polícia e Funções Especiais do Juiz na audiência; Atos de Instrução Probatória; Debates Oraís; Substituição dos Debates Oraís por memoriais Adiantamento das audiências; Unidade e Continuidade da audiência; Julgamento de Causa; Documentação da audiência **10. Da Prova – Objeto da Prova:** Noções

Introdutórias; Prova; Prova Judiciária; Conceito de Prova Judiciária; Classificação das Provas; Discriminação Legal das Provas; Objeto da Prova; Fatos Controvertidos; Fatos Relevantes; Fatos Determinados; Máximas da Experiência e Fatos Notórios; Caracteres dos Fatos Notórios; Os Fatos Notórios não carecem de prova; Do Direito que não carece de

prova; Do Direito que carece de prova; Inteligência do Artigo 337 do Código de Processo Civil; Prova do Teor e da Vigência **11. Ônus da Prova:** Ônus da prova; O Ônus da prova O no direito romano; Do direito romano à teoria clássica; Outras teorias; Teoria dos processualistas modernos; Regras do ônus da prova; Aplicações das regras do ônus da prova; Convenções sobre ônus da prova; Princípio da iniciativa oficial. **12 Prova Emprestada:** Conceito de "prova emprestada; O

problema da eficácia da prova emprestada; A prova emprestada em relação às pessoas dos litigantes. **13 Falta Ou Insuficiência De Prova:** O problema da falta ou insuficiência de prova; Solução do problema. **14 - Sistema De Apreciação Das Provas:** Avaliação das provas; Sistemas de apreciação das provas; Sistema das provas legais Sistema da livre convicção; Sistema da persuasão racional; Sistema do Código de Processo Civil. **15**

Prova Documental: - Conceito de documento; Elementos do documento; Autor do documento; Do documento quanto ao meio de sua formação; Conteúdo do documento; Subscrição; Instrumentos públicos; Classificação dos instrumentos públicos; Eficácia do instrumento público; Instrumentos particulares; Força probante dos instrumentos particulares; Força probante dos documentos públicos. **16- Exibição De Documento Ou Coisa:** Noções introdutórias; Ação de exibição; Espécies de exhibitórias; Partes na exhibitória; Direito à exibição; obrigação de exhibir; Procedimento da exhibitória contra a parte

contrária; Procedimento da exibitória contra terceiro; Escusas de exhibir; Ação exibitória preparatória. **17 -Da Confissão E Do Depoimento Pessoal:** Conceito de confissão; Natureza jurídica da confissão; Elementos da confissão; Elemento objetivo; Elemento subjetivo; Elemento intencional; Espécies e modos de confissão; Confissão judicial espontânea; Depoimento pessoal; Depoimento pessoal e interrogatório; Confissão ficta e assuntos correlatos; Escusa de depor; Procedimento do depoimento pessoal; Revogação da confissão; Indivisibilidade ou divisibilidade da confissão. **18 - Prova Testemunhal:** Conceito de testemunha; Da obrigação de testemunhar em juízo; Dos que podem e dos que não podem depor em juízo; Obrigações da testemunha; Obrigação de comparecer em juízo; A. Obrigação de depor; Obrigação de dizer a verdade; Direitos da testemunha; Admissibilidade da prova testemunhal; Número de testemunhas; Proposição da prova testemunhal; Admissão da prova testemunhal; Produção da prova testemunhal: atos preparatórios; Produção da prova testemunhal: atos propriamente de produção. **19 - Dos Exames Periciais:** Conceito de perícia; Do perito; Dos que podem ser peritos; Direitos e deveres dos peritos; Espécies de perícias; Classificação das perícias; Objeto e admissibilidade da perícia; Proposição e admissão da perícia; Procedimento da prova pericial; Procedimento - atos preparatórios; Procedimento - produção da perícia; Fontes de informação e liberdade dos videntes quanto aos atos operatórios; Apreciação do laudo; Segunda perícia.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SANTOS, Moacy Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Ed. Saraiva;
2. GONÇALVES, Cunha Tratado de Direito Civil. Editora Brasileira;
3. THEODORO JUNIOR, Humberto Curso de Direito Processual Civil, vol I Ed. Forense
4. ARRUDA ALVIM, José Manoel de Direito Processual Civil I e II ed. RT.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NUCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito do Consumidor

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 80

CRÉDITO: 04

PRÉ-REQUISITO: Direito Civil III

PERÍODO: 5º

B. EMENTA

Conceito de Direito do Consumidor: breve histórico do movimento consumerista; tratamento constitucional; direito do consumidor e o exercício da cidadania; conceito do direito do consumidor. **Filosofia do Código de Defesa do Consumidor:** o protecionismo; a informação; a transparência; a verdade; a natureza preventiva; o respeito à inteligência e à dignidade do consumidor. **A Proteção e os Direitos do Consumidor:** consumidor – a pessoa jurídica como consumidora; pessoa jurídica de direito público; a coletividade de consumidores; fornecedor – conceito; harmonização dos interesse envolvidos; produtos e serviços; amplitude dos direitos do consumidor; a defesa e a proteção do consumidor (noções); limitação do Código e temas correlatos; consumo sustentável; livre concorrência – abuso do poder econômico e consumidor; qualidade – produtividade e consumidor; globalização da economia e proteção do consumidor; aspectos práticos da defesa ou proteção do consumidor – campos de atuação, órgãos ou entidades de defesa ou proteção do consumidor; instrumento de proteção do consumidor. **Aspectos contratuais no CDC:** das práticas comerciais – disposições gerais; da oferta; da publicidade; das práticas abusivas; da cobrança de dívidas; dos bancos de dados e cadastros dos consumidores; da proteção contratual – disposições gerais; das cláusulas abusivas; dos contratos de adesão; das sanções administrativas. **A Defesa do Consumidor e o Poder Judiciário:** O Ministério Público na defesa do consumidor; a defesa do consumidor – âmbitos de atuação administrativo, civil e penal; defesa do consumidor e os crimes previstos no Código; ações coletivas na defesa e proteção do consumidor; aspectos práticos da defesa e da proteção jurídica do consumidor; legislação pertinente.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GRINOVER, Ada Pelligrini e outros Código de Defesa do Consumidor – Forense Universitária;
2. NUNES, Luiz Antônio Rizzato – Código de Defesa do Consumidor e sua Interpretação Jurisprudencial – Saraiva;
3. _____ Comentários ao Código de Defesa do Consumidor . Saraiva;
4. BULGARELLI, Waldírio Questões Contratuais no Código de Defesa do Consumidor Editora Atlas;

5. GAMA, Hélio Zagheto. Curso de Direito do Consumidor Editora Forense;
6. OLIVEIRA NETO, Carlos Elmano de O.Mendes. Roteiro Prático da Defesa do Consumidor em Juízo
7. NUNES, Luiz Antônio. Curso Prático de Direito do Consumidor Editora RT.
- 8.SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Código de Defesa do Consumidor Anotado Editora Saraiva;
- 9.MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. Editora RT.

**NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Constitucional I

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 80

CRÉDITO: 04

PRÉ-REQUISITO: Teoria Geral do Estado

PERÍODO: 3º

B. EMENTA

1. Direito Constitucional sob o Prisma Histórico 2. Direito Constitucional e a Constituição
3. Fundamentos, Origem e Evolução do Direito Constitucional no Brasil 4. Direito Constitucional Brasileiro 5. Princípios Constitucionais no Brasil 6. Garantias e Direitos Fundamentais 7. Organização do Estado 8. Intervenção Federal 9. Administração Federal.

C. CONTEUDO PROGRAMÁTICO

1. Direito Constitucional sob o Prisma Histórico: A evolução do Direito constitucional na Inglaterra, na França e em Portugal 2. Direito Constitucional e a Constituição: Origem e nome do Direito Constitucional; Definição de Direito Constitucional; Princípios e tendências do Direito Constitucional; A Ciência do Direito Constitucional no Mundo; Relações do Direito Constitucional com outras Ciências; Conceito de Constituição; Caráter das Constituições modernas; Classificação das Constituições: os tipos principais de Constituição; Classificação das Constituições 3. Fundamentos, Origem e Evolução do Direito Constitucional no Brasil: Surgimento e razões do Direito Constitucional Brasileiro;

fase colonial, fase imperial e fase republicana do Direito Constitucional no Brasil;
As
Constituições Brasileiras 4. Direito Constitucional Brasileiro: Conceito de
Constituição;
Concepção sobre as constituições; Classificação das constituições brasileiras;
Regras
constitucionais formais e materiais; Supremacia da constituição; O poder
constituente;
fundamentos; poder constituinte originário e derivado; características; limitação do
poder
de revisão; recepção, de constitucionalização e repristinação de normas; Controle
de
Constitucionalidade: inconstitucionalidade; Inconstitucionalidade por ação e
omissão;
Sistema de controle de constitucionalidade; Sistemas de controle brasileiro;
Efeitos da
declaração e da inconstitucionalidade 5. Princípios Constitucionais no Brasil:
Princípios
relativos à existência, à forma, à estrutura e tipo de Estado, à forma de governo e
à
organização dos poderes, à organização da sociedade, ao regime político, à
prestação
positiva do Estado, à comunidade Internacional; Princípio democrático na CF/88 6.
Garantias e Direitos Fundamentais: Formações Históricas das declarações de
Direito; Dos
Direitos e deveres individuais e coletivos: Dos Direitos Sociais; Direito da
nacionalidade;
Direito de Cidadania; Garantias Constitucionais; Remédios Constitucionais 7.
Organização
do estado: Estado e seus Tipos: Estado brasileiro; Competência; Repartição das
competências 8. Intervenção Federal: Autonomia e Intervenção (conceito e
elementos
característicos); Intervenção Federal nos Estados-Membros e Distrito Federal;
Intervenção
nos municípios. 9. Administração Federal: Organização Administrativa: Princípios
Constitucionais da Administração Pública; Dos Serviços Públicos.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHEVALLIER, J.J. História e Pensamento Político. Editora Zahar.
2. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
3. BASTOS, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição Brasileira. Editora Freitas Bastos
4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves Curso de Direito Constitucional. Editora Saraiva;

5. SILVA, José Afonso da . Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros.
6. FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Constitucional. Editora Saraiva
7. HORTA, Raul Machado. Estudos de Direito Constitucional. Editora Del Rey.

NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Processual Penal IV

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 80

CRÉDITO: 04

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Penal III

PERÍODO: 9º

B. EMENTA

1. Execução da pena: uma introdução. 2. Execução da pena e Estado de Direito. 3. O

Sistema da Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210/84 4. Do Processo de execução penal. 5.

Do Regime disciplinar diferenciado – Lei nº 10.792/03 6. Dos recursos em sede de execução da pena.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Execução da pena: uma introdução: a) conceito de execução da pena, b) Histórico da

execução da pena no Direito Brasileiro e no Direito Comparado **2. Execução da pena e**

Estado de Direito: a) A Constituição Federal e a execução das penas; b) O Estado de

Direito e os Direitos dos apenados **3. O Sistema da Lei de Execução Penal – Lei nº**

7.210/84: a) Conceito de Sistema de Execução da Pena; b) A Lei 7.210/84 e o Código de

Processo Penal; c) Os Regimes de cumprimento das penas: fechado, semi-aberto e aberto d)

Os Regimes de progressão da pena e) A Regressão de regimes **4. Do Processo de execução**

penal: a) A Sentença penal: Condenatória; Absolutória imprópria (impositiva de medida de

segurança) b) A ação penal executiva: Dos pressupostos processuais; Das Condições da

ação c) O Juízo da execução; d) O Condenado e o Ministério Público; e) Da Legitimidade

ativa e passiva f) A Execução provisória da pena g) Cumprimento da pena e a sentença de

extinção **5. Dos Recursos em sede de execução da pena:** a) Do agravo em execução, e,

b) Do Hábeas Corpus.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AQUINO, Carlos Pessoas, Teoria e prática da execução penal, Ed. Quartier Latin, 2000

2. BENETI, Sidnei Agostinho, Execução Penal Editora Saraiva, 1998;
3. CAPEZ, Fernando, Curso de Processo Penal, Editora Saraiva, 2002;
4. GRECO FILHO, Vicente, Manual de Processo Penal. Editora Saraiva, 2000;
5. JARDIM, Afrânio Silva, Direito Processual Penal, Ed. Forense, 1999;
6. LIMA, Roberto Gomes e outro, Teoria e prática da execução penal. Ed. Forense, 2002;
7. MIRABETE, Júlio Fabrini, Execução Penal, Editora Atlas, 2002;
8. NOGUEIRA, Paulo Lúcio, Curso Completo de Processo Penal, Ed. Saraiva, 2003;
9. NORONHA, Edgard Magalhães, Curso de Direito Processual Penal, Ed. Saraiva, 1999;
10. ROSA, Antônio José Miguel Feu, Processo Penal, Editora Consulex, 1998;
11. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa, Prática de Processo Penal, Editora Saraiva, 2002.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Introdução ao Estudo do Direito

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 80

CRÉDITO: 04

PRÉ-REQUISITO: Não exigido

PERÍODO: 1º

B. EMENTA

Ciência do Direito e Sociedade, Teoria do Direito, Direito e Moral, Norma Jurídica, Direito comum e particular, Lei Constitucional e Lei Ordinária, Fontes Materiais e Fontes Formais do Direito, Direito Consuetudinário, Fontes infra-estatais do Direito, Fontes supra-estatais do Direito, Codificação, Direito Público Interno e suas divisões, Direito Privado e suas divisões, inter-relações entre os vários ramos do Direito, Hermenêutica Jurídica, Relação Jurídica, Noções e Espécies, Direito Subjetivo, Elemento pessoal da Relação Jurídica, Fontes do Direito Subjetivo, História do Direito, Evolução das Instituições Jurídicas Fundamentais, Sistema Jurídico Brasileiro, Evolução dos Regimes Políticos, Estado e Direito, Conceito e fundamento do Direito.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sociedade, o Direito e a Ordem Jurídica: A Introdução a Ciências do Direito e o Currículo Jurídico, Importância e caráter propedêutico da disciplina, A Sociedade do procedimento e organização, Normas Éticas e Normas Técnicas, A Sociedade humana e suas instituições fundamentais: Família, Propriedade, Estado, O Direito, Sua Noção e seu papel na vida social, A Ordem Jurídica e seu conceito. A Norma Jurídica – estrutura e características. **O Direito como valor:** O Sentido axiológico do Direito, Direito e Moral, Conceito de Justiça, Relação do Direito com a Justiça, Equidade e seu Conceito, Direito natural, Conceito Antigo e Moderno. **Direito Positivo:** O Dever Jurídico e seu objetivo, Conceito de Direito Positivo, A Coação no Direito Positivo. As Sanções Jurídicas. **Divisões do Direito:** O Direito Positivo Público e Privado. Suas Divisões, O Direito Geral e Particular. Direito Comum e Especial, Direito Regular e Singular, Privilégio, Direito Subjetivo: Conceito, Teorias sobre a natureza do Direito Subjetivo, Elemento do Direito Subjetivo: sujeito, objeto, poder garantia: Classificação dos Direitos Subjetivos. **As Fontes do Direito.** Direito Consuetudinário: conceito. Valor e provas do costume; Lei Jurídica e lei científica. Lei procedimento. Função, fim e formação da lei, Leis coercitivas e dispositivas. Normas rígidas e elásticas; Leis quanto ao conteúdo e quanto à sanção. Legislação delegada e decretos-leis, Lei e regulamentos. Natureza, classificação e vigência dos regulamentos;

Obrigatoriedade da lei. Aplicação da lei, hierarquia e constitucionalidade das leis; Codificação das leis, causas do movimento codificador no século XIX, a codificação no Brasil, recepção do Direito estrangeiro; A doutrina sua significação e seu papel; jurisprudência, conceito e influência, a unificação da jurisprudência, o valor do precedente no Direito anglosaxão, a jurisprudência e as lacunas do Direito. **A Relação Jurídica e seus Elementos** Relações Sociais e relações jurídicas, classificação das relações jurídicas, o objeto da relação, os fatos jurídicos; Pessoa natural, capacidade, Estado, Nome, Domicílio, representação; Pessoa Jurídica, teorias sobre a natureza as pessoas jurídicas, divisão das pessoas jurídicas. As fundações; atos Jurídicos, o papel da vontade e da boa-fé no ato jurídico, o princípio da autonomia da vontade e a crise do contrato nos dias atuais; Agente, Objeto, Forma e classificação dos atos jurídicos; Prova e publicidade dos atos jurídicos; Mobilidade do ato jurídico; Defeito e nulidades do ato jurídico; Ato ilícito, conceito e elemento integrantes, a culpa, teoria subjetiva e teoria objetiva da responsabilidade; Responsabilidade criminal e responsabilidade civil; Legítima defesa e estado de necessidade, força maior e caso fortuito; O abuso do Direito, Aquisição, modificação, exercício e defesa dos direitos;

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito;
2. MENESES, Djacir. Introdução à Ciência do Direito;
3. OLIVEIRA FILHO, de Benjamim. Introdução à Ciência do Direito;
4. NÓBREGA, Flósculo de. Introdução ao Direito;
5. MACHADO NETO, A.L. Introdução à Ciência do Direito;
6. GUSMÃO, Paulo D. Introdução à Ciência do Direito;
7. JAQUES, Paulinho. Curso de Introdução à Ciência do Direito;
8. MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito.

**NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Ética

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 60

CRÉDITO: 03

PRÉ-REQUISITO: Filosofia Geral

PERÍODO: 2º

B. EMENTA

1. Pessoa Humana. A Justiça Consciência, liberdade e responsabilidade; Fins e meios; A igualdade; A Formação da Comunidade Humana. Ética e Direito; Funções e Obrigações do Profissional do Direito.

C. CONTEUDO PROGRAMÁTICO

1.0 - A ação moral e a consciência. Moralidade e instituições. Os costumes. Consciência psicológica e consciência moral. Os elementos intelectuais da consciência. O problema da intenção (interioridade e exterioridade). A Moral sociologista, uma ciência dos costumes.

2.0 - Os valores e a experiência moral. A noção de valor. O sistema de valores. "A existência moral" e o homem total. (Gusdorf). A experiência moral segundo Mas Scheler: o papel do sentimento. A experiência moral segundo Frederie Rauh: o papel da razão.

3.0 - O dever, o bem e o direito. o dever e a obrigação moral. O bem e o mal. O Direito e a Moral. O Direito e a força. O Direito e o interesse. O fundamento moral do Direito, abstração e realidade.

4.0 - As grandes concepções da vida moral. A obrigação pura. A Moral em Kant. O bem absoluto-Platão, Malebranche, Spinoza. O bem empírico (moral utilitário).

5.0 - A Moral e a vida pessoal. A virtude. Princípio e importância da moral pessoal. A virtude. A coragem. O problema do suicida. A sabedoria. A temperança. As virtudes imitadas. Virtudes e heroísmo O sábio, o herói e o santo.

6.0 - As relações com o outro: justiça, caridade, solidariedade, comunidade.

7.0 - A Moral e a vida doméstica: a família. Noções de sociologia doméstica. Funções atuais da família. A família como grupo. O problema da natalidade. Problemas relativos a família (o casamento e o divórcio; a situação jurídica da mulher; os direitos da criança; o direito de herança)

8.0 - A moral e a vida econômica: o trabalho e a propriedade. Problemas da vida econômica moderna. A mecanização (robótica/cibernética) do trabalho. A grande produção. A liberdade econômica. A propriedade e o trabalho.

9.0 – Código de Ética dos Operadores do Direito.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Ética a Nicômacos. Brasília: EdUNB, 1992.

ARAÚJO DE OLIVEIRA, M. Ética e Racionalidade Moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

BENTHAM, Jeremy. Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. In: Pensadores. 2 ed. Trad. João Baraúna, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BERLIGÜER, Giovanni. Ética da Saúde. Trad. Schirley Moralez Gonçalves. São Paulo. Hucitec, 1996.

BERNARD, Jean. A Bioética. Trad. Paulo Goya. São Paulo. Editora Ática,

1998.

_____. Ética e Sociabilidade. São Paulo: Loyola, 1993.

CARLIN, Volnei Ivo. Ética e Bioética. Florianópolis. Terceiro Milênio, 1998.

CHAVES, Antônio. Direito à Vida e ao Próprio Corpo. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. A Ética e o Espelho da Cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Procriações Artificiais e o Direito. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1995.

PERELMAN, Chaïm. Ética e Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SGRECTIA, Élio. Manual de Bioética. Trad. V. M. Fernandes. México. Editorial Diana, 1996.

SILVA, Reinaldo Pereira e. Direitos Humanos como Educação para a Justiça. São Paulo. LTr, 1998.

VALLS, A. L. M. O que é Ética. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Filosofia Jurídica

CÓDIGO:

CARGA HORARIA: 60

CRÉDITO: 03

PRÉ-REQUISITO: Filosofia Geral

PERÍODO: 3º

B. EMENTA

Conceito de filosofia do direito. Evolução Histórica. Os princípios e fundamentos. Os principais teóricos. Teorias históricas do direito. Teoria Tridimensional. Fundamento do direito. Relação do direito com a ética (justiça). E a Política (Poder). Sentido estático e/ou dinâmico do direito.

C. CONTEUDO PROGRAMÁTICO

- 1- A Filosofia do Direito
 - 1.1 A Filosofia do Direito no panorama das ciências
 - 1.2 Objetivos e importância da filosofia do direito na formação jurídica
 - 2- Origens da Filosofia do Direito na Grécia
 - 2.1. Themis e Diké (Homero)
 - 2.2. A ordem Biforme do mundo (Hesíodo)
 - 2.3. Direito e Poder (Sólon)
 - 3- O Direito como Ordem Cósmica
 - 3.1. A idéia de Cosmos (Anaximandro)
 - 3.2. O Espírito do Mundo;
 - 3.3. A Justiça Matemática (Pitágoras)
 - 3.4. “Logos” e Justiça (Heráclito)
 - 4- A Crise do Pensamento Jurídico Grego
 - 4.1. A Crise do Pensamento Jurídico Grego
 - 4.2. Relativismo Jurídico Radical (Gorgias)
 - 4.3. Direito Natural dos Sofistas (“Physis” e “Nomos”)
 - 5- O Direito Natural Ontológico-Tecnológico
 - 5.1. “Ethos” e Direito (Sócrates)
 - 5.2. A Idéia de Direito (Platão)
 - 5.3. O Direito Natural em Aristóteles (“Telos”) – ser e dever ser
 - 5.4. A “Lex Anterna” de Cícero
 - 6- A Justiça como Idéia de Direito
 - 6.1. Os pressupostos da Liberdade e Igualdade frente à justiça (Kant e Rousseau)
 - 6.2. A equidade e o Bem Comum
 - 6.3. A Justiça Comutativa, Distributiva e Retributiva
 - 6.4. A Justiça Social e a Questão da Cidadania
 - 7- O Direito e a Moral (Sistema Ético)
 - 7.1. Os princípios do Sistema Ético
 - 7.2. A Cercibilidade e a Coercitividade
 - 7.3. O Dever Jurídico e o Dever Moral
 - 7.4. Os Princípios Constitucionais da moralidade e da legalidade
 - 8- A Metodologia da Ciência Jurídica
 - 8.1. A Escola histórica do direito (Saving)
 - 8.2. A Escola Sociológica do Direito (Ehrlich, Weber, Treves)
 - 8.3. A Escola Positivista do Direito (Kelsen, Bobbio)

- 8.4. A Escola Finalista do Direito (Ihering)
 - 9- A Crise do Direito e do Estado
- 9.1. O Direito como vontade do Estado (Hegel)
- 9.2. O Direito como Ideologia das Classes Dominantes (Marx)
- 9.3. O Direito como vontade do Poder
- 9.4. O Direito como Instrumento de Transformação Social (J. E. Faria)
 - 10- A Filosofia do Direito e a Modernidade
 - 11- O Direito à Luz da Filosofia da Existência (Jaspers, Heidegger, Mainhofer, Cohn)
 - 12- As Escolas Psicológicas do Direito (Petrazitisky, Micelli, Jellinek e Bierling)

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico.
- COELHO, Fábio Uchoa. Direito e Poder. São Paulo: Saraiva, 1992.
- DEL VECCHIO, Giorgio. Lições de Filosofia do Direito.
- FASSO, Guido. Storia de la filosofia Del diritro (3.vol), Bolonha, Il Mulino.
- FOULCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro: GRAAL, 1991.
- GUSMÃO, Paulo Dourado. Filosofia do Direito. 3ª Edição. Rio de Janeiro, 1996.
- HART, Herbert. O Conceito de Direito. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian.
- KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência Jurídica. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian.
- MENEZES, Darcy. Tratado de Filosofia do Direito. São Paulo: Atlas, 1997.
- NADER, Paulo. Filosofia do Direito. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1995 v.2

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direito Financeiro e Tributário

CÓDIGO:

CARGA HORARIA: 80

CRÉDITO: 08

PRÉ-REQUISITO: Direito Constitucional I e II

PERÍODO: 1º

B. EMENTA

1. Conceito do Direito Financeiro 2. Noções de Ciências das Finanças 3. Evolução Histórica do Direito Financeiro 4. Despesa Pública 5. Receita Pública 6. Orçamento 7. Conceito de Direito Tributário 8. Direito Constitucional Tributário 9. Direito Tributário Material 10. Tributos e suas Espécies 11. Técnicas de Tributação 12. Contribuições Parafiscais; 13. Punibilidade de Matéria Tributária 14. Direito Tributário Formal 15. Processo Administrativo Tributário 16. Processo Judicial Tributário 17. Crédito Tributário, suas vicissitudes e conseqüências.

C. CONTEUDO PROGRAMÁTICO

Conceito do Direito Financeiro: conceito, objeto e autonomia do Direito Financeiro, distribuição dos campos de atuação do Direito Financeiro e da Ciência das Finanças, fontes formal do Direito Financeiro com os outros ramos do Direito **2. Noções de Ciências das Finanças:** conceito de atividade financeira do Estado, fins da atividade financeira do Estado, serviços públicos, objetos nacionais do serviço público, conceito de serviço público, poder da política, intervenção do Estado no domínio econômico particular, conceito de ciências das finanças. **3. Evolução Histórica do Direito Financeiro:** atividade financeira do Estado nos períodos clássico e moderno; período clássico nãointervencionismo Estatal – o Liberalismo; razões que levaram ao intervencionismo Estatal; período Moderno – caracterização das finanças públicas; as várias espécies de intervenção Estatal; evolução do surgimento das leis de natureza financeira e a autonomia do Direito Financeiro Objetivo **4. Despesa Pública:** conceito de despesa pública; conceito orçamentário e científico; elementos constitutivos da receita pública; princípio da nãoajetação da receita pública; participação do poder executivo no estabelecimento das despesas públicas; restrição; classificação das despesas públicas doutrinária e classificação adotada pela Lei nº 4320/64; conhecimento das despesas públicas; causas aparentes e causas reais; limites das despesas públicas **5. Receita Pública:** noções gerais; conceito de receita pública; diferença entre entrada e receita pública; classificação das receitas públicas; doutrinária e a classificação adotada pela nº 4320/64; princípio da Unidade de tesouraria receitas originárias e receitas derivadas; fontes e conceitos **6. Orçamento Público:** conceito; orçamento como um planejamento da vida econômica do país; desvios na realização dos gastos públicos; superestimação das receitas contingenciamento de despesas; anulação de valores; empenhados; destinação de fundos; natureza jurídica do orçamento público; fins orçamentários; conteúdos; plano purianual; da diretrizes orçamentária e do orçamento anual; processo legislativo; processo legislativo das leis orçamentária incluindo as leis dos créditos adicionais especiais e suplementares; conseqüências da rejeição do projeto do orçamento anual; aspectos econômicos do orçamento público; como instrumento de otimização de recursos financeiros e como elementos direcionados da política econômica global do Estado; princípios orçamentários; conceito e fontes; princípios da exclusividade; da programação; do equilíbrio orçamentário; da anualidade; da unidade; da Universidade; de legalidade; da

publicidade orçamentária; da transferência orçamentária execução de despesa; registro dos créditos; dotação e programação financeira e desembolso; licitação (apenas referências); estágio de execução orçamentária (empenho, liquidação, pagamento); mecânica de retificação do orçamento durante a sua execução; execução da receita (rápidas observações); fiscalização e controle dos orçamentos; controle interno e externo; tribunais de contas 1. Conceito de Direito Tributário: conceito; natureza jurídica; autonomia; relação com outros ramos do Direito 2. Direito Constitucional Brasileiro: O poder Tributário; sistema tributário Nacional, princípios gerais e limitação do poder de tributar, impostos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; da repartição da Receita Tributária 3. Direito Tributário Material: Relação jurídica; relação jurídica tributária; obrigação jurídica tributária e seus elementos, a Lei, o fato, os sujeitos e o objeto; natureza da obrigação tributária e sua distinção do Direito privado 4. Tributos e suas Espécies: O tributo e sua divisão em impostos, taxas e contribuições; as características dos impostos, da taxa e da contribuição de melhoria, as espécies de impostos; dos impostos da União, imposto de importação, imposto de exportação, imposto sobre rendas e proventos, imposto sobre produtos industrializados, impostos sobre operações de crédito, imposto sobre propriedade Territorial Rural, imposto sobre grandes fortunas, imposto extraordinário de guerra, imposto de competência residual; dos impostos dos Estados e do Distrito Federal, imposto de transmissão causa mortis e doação de bens e direitos, imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços, imposto sobre propriedade de veículos automotores, adicional de 5% sobre o imposto de renda; dos impostos dos municípios, impostos sobre a propriedade predial e territorial Urbana, imposto sobre transmissão inter vivos, impostos sobre serviços de qualquer natureza 5. Técnica de Tributação: categorias especiais da técnica de tributação, incidência, não incidência, isenção e imunidade 6. Contribuições parafiscais: A parafiscalidade 7. Punibilidade em Matéria Tributária: Do Ilícito Tributário; Direito Administrativo Penal; classificação das infrações fiscais; tipos de sanções fiscais 8. Direito Tributário Formal: Organização Administrativa Tributária; o lançamento como procedimento Administrativo; natureza jurídica do lançamento e suas conseqüências; função e modalidade do lançamento; o poder de fiscalizar 9. Processo Administrativo Tributário: O processo Administrativo Tributário, o lançamento, o auto de infração e o procedimento contencioso; a consulta em matéria fiscal 10. Processo Judiciário Tributário: O processo judiciário tributário, a execução fiscal; a ação anulatória de débito fiscal; o mandado de segurança contra coação tributária ilegítima; ação de repetição do indébito; a ação declaratória em matéria fiscal; a ação de consignação em pagamento 11. O crédito Tributário, suas vicissitudes e conseqüências a suspensão de exigibilidade do crédito tributário; a extinção do crédito tributário; as causas de fato da extinção do crédito tributário; as causas de direito da extinção do crédito tributário.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GIACOMINI, James. Orçamento Público. Editora Atlas;
2. MACHADO JÚNIOR, J. Teixeira. A Lei 4320/64, Comentada Editora Ibm;
3. FERREIRA, Benedito. A História da Tributação no Brasil – Causas e Efeitos Editora do Congresso Nacional;
4. HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. Editora Atlas;
5. ROSA JÚNIOR, Luiz Emydio F. da. Nivo Manuel de Direito Financeiro e Tributário Editora Renovar;
6. BALEEIRO, Alimar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. Editora Forense;
7. JARDIM, Eduardo Maciel Ferreira Manual de Direito Financeiro e Tributário Editora Saraiva;
8. OLIVEIRA, Régis Fernandes e outro. Manual de Direito Financeiro Editora RT;
9. CONTI, José Maurício. Direito Financeiro Editora Oliveira Mendes;
10. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros.
11. BALEEIRO, Aliomar Direito Tributário Brasileiro Editora Forense;
12. MACHADO, Hugo de Brito Curso de Direito Tributário Editora Forense;
13. CALMON, Sacha e outro. Comentário à Constituição de 1988 – Sistemas Tributários Editora Forense;

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NUCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Método e da Produção Acadêmica e Científica

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 60

CRÉDITO: 03

PRÉ-REQUISITO: Filosofia Geral

PERÍODO: 2º

B. EMENTA

Apresentar as principais metodologias e tipos de pesquisa aplicada ao Direito, a partir da noção de ciência da Sociedade Ocidental.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. As origens da pesquisa científica ocidental: pensamento grego-romano; os tipos de conhecimento: 1. Mitológico 2. religioso 3. Senso Comum 4. Filosófico 5. Científico **2. As teorias do Conhecimento na Modernidade:** 1. Racionalismo 2. Empirismo 3. Racionalismo Crítico 4. Idealismo 5. Positivismo 6. Materialismo Histórico-Dialético 7. Fenomenologia e Existencialismo 8. Pragmatismo **3. Método de Pesquisa: o método científico:** Métodos: 1. Dedutivo 2. Indutivo 3. Hipotético-Dedutivo 4. Dialético 5. Fenomenologia **4. Os tipos de pesquisa científica:** A Pesquisa: 1. experimental 2. Etnográfica 3. Empírica 4. Social 5. De Campo: quantitativa e qualificativa 6. Bibliografia 7. Documental 8. Estudo de Caso. **5. A Construção do Projeto de pesquisa:** 1. A escolha do tema 2. Justificativa 3. Formulação do problema 4. Determinação dos objetivos 5. Metodologia 6. Pesquisa teórica, coleta de dados 7. Análise e tabulação dos dados 8. Conclusão 9. Redação **6. A Monografia Jurídica:** 1. A Linguagem Jurídica 2. A Hermenêutica Jurídica **7. As Fontes da Pesquisa Jurídica:**

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti. Monografia Jurídica: uma abordagem didática, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001.

DEMO, Pedro. Pesquisa e Construção de conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HENRIQUES, Antônio. Monografia no Curso de Direito: trabalho de conclusão de curso. (2 edição), São Paulo, Editora Atlas, 1999.

LACOSTE, Jean. A Filosofia no século XX: Campinas, São Paulo: Papyrus, 1992.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas (5 edição) São Paulo: Editora Pectiva, 1997.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Português Instrumental

CÓDIGO:

CARGA HORARIA: 60

CRÉDITO: 04

PRÉ-REQUISITO:

PERÍODO: 1º

B. EMENTA

1. Revisão Gramatical. 2. Técnica de Redação. 3. Processo Descritivo. 4. Processo Narrativo. 5. Processo Dissertativo. 6. Introdução à Linguagem Forense. 7. Análise do Discurso Jurídico.

C. CONTEUDO PROGRAMÁTICO

1.Revisão Gramatical: Noções de Fonologia; Noções Léxicas;Acentuação Gráfica; Crase; Ortografia; Pontuação Gráfica; Hífen; Prefixos Gregos e Latinos mais usados; Concordância Nominal; Concordância Verbal; Regência Verbal e Nominal; verbos, colocação de pronomes; pronomes de tratamento; abreviações; Emprego do Infinitivo.

2. Técnica de Redação: Conceito e Penalidades – Unidade, coerência, ênfase; estrutura do parágrafo - Tópico Frasal, desenvolvimento, Conclusão; Encadeamento dos Parágrafos; Elaboração dos parágrafos – requisitos e Qualidades; Posturas do emissor na elaboração do parágrafo ; Posturas; Posturas Psicológicas.

3. Processos Descritivos:

Conceito e Objetivo da Descrição; Diferença entre o tipo descritivo e literário; Aplicação da descrição; Traços comuns da descrição – Identificação; Emprego do processo descritivo na relação Jurídica.

4. Processo Narrativo:: Característica da Narrativa; Elementos Estruturais da Narrativa; A Unidade do fator narrador deve ter uma inter-relação íntima com a correção; Análise pratica de narrativas; identificando os elementos objetivos encontrados na narrativa; Processo narrativo na relação jurídica; Inter-relação entre a descrição e a narração.

5. Processo Dissertativo: Conceito de Processo Dissertativo; Explicar que o texto dissertativo desenvolve a capacidade crítico-reflexiva, pela qual o redator explana a logicidade de suas idéias; Há na dissertação predomínio de palavras abstratas, diferentemente do que ocorre no texto descritivo; Destaque dos verbos na Dissertação;

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1.DAMIÃO, Regina Toledo e outros. Curso de Português Jurídico. Editora Atlas;
- 2.NASCIMENTO, Edmundo Dantes Linguagem Forense. Editora Saraiva .
- 3.SILVA, Luciano Correia da Linguagem e Direito. Editora Jalovi;
- 4.MARTINS, Dileta Silveira e outro. Português Instrumental. Editora Sagra.

DISCIPLINA: Direito Processual Civil I
CÓDIGO:
CARGA HORÁRIA: 80
CRÉDITO: 04
PRÉ-REQUISITO: Teoria Geral do Processo
PERÍODO: 6°

EMENTA

1. Noções Preliminares 2. Sociedade e Tutela Jurídica 3. Princípios Gerais do Direito Processual 4. Lei Processual no tempo e no Espaço 5. Jurisdição 6. Espécies de Jurisdição;
7. Órgãos de Jurisdição 8. Organização Judiciária 9. Da Ação 10. Elementos e Condições das Ações 11. Concurso e Cumulação de Ações 12. Competência Absoluta e Relativa 13. Do Processo 14. O Tempo no Processo 15. Relação Jurídica Processual 16. Partes 17. Pressupostos Processuais referentes às partes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções Preliminares 2. Sociedade e Tutela Jurídica: Métodos para a solução das Lides; Autotutela; Auto-composição; Arbitragem; Jurisdição; Direito Processual – conceito, Finalidades, Divisão, Relação com outros Ramos do Direito **3. Princípios Gerais do Direito Processual. 4. Lei Processual no Tempo e no Espaço. 5. Jurisdição:** Funções do Estado; finalidade; formas de tutela jurisdicional; poderes da Jurisdição; princípios fundamentais da jurisdição **6. Espécies de Jurisdição:** Jurisdição Civil; Jurisdição Contenciosa; Jurisdição Voluntária **7. Órgãos de Jurisdição 8. Organização Judiciária:** Instituição dos Juizes e Tribunais; magistratura; auxiliares da Justiça **9. Da Ação:** Ação, Jurisdição e Processo; Natureza Jurídica da Ação; conceito; teorias **10. Elementos e Condições das Ações. 11. Concurso e Cumulação de Ações – Classificação das Ações. 12. Competência Absoluta e Relativa:** Critérios para determinação da competência; prevenção; conexão; continência; prorrogação de competência perpetuação da jurisdição

13. Do Processo: Conceito; objeto; tipos; natureza jurídica 14. O Tempo no Processo 15.

Relação Jurídica Processual: Pressuposto Processuais 16. **Partes.** Substituição Processual 17. **Pressupostos Processuais Referentes às Partes:** Representação Processual.

BIBLIOGRAFIA

1. SANTOS, Moacyr Amaral Primeiras Linhas de Direito Processual Civil . Ed. Saraiva;
2. THEODORO JUNIOR, Humberto Curso de Direito Processual Civil Ed. Forense;
3. SILVA, Ovídio A.Baptista da. Curso de Direito Processual Civil Ed. Sérgio Antônio Fabris.
4. COSTA, Lopes e Outros. Manual Elementar do Direito Processual Civil Ed. Forense;
5. ARRUDA ALVIM, José Manoel. Manual de Direito Processual Civil Ed. RT.

DISCIPLINA: Direito Processual Civil II

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 80

CRÉDITO: 03

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Civil I

PERÍODO: 7º

EMENTA

Processo de conhecimento. Procedimento sumário. Procedimento ordinário. Petição inicial. Do pedido. Resposta do réu. Contestação. Exceção. Reconvenção. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Da prova. Da sentença e coisa julgada. Dos recursos em geral. Da apelação. Do Agravo. Dos Embargos. Do Recurso para os Tribunais Superiores. Uniformização de Jurisprudência. Da ação recisória.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Processo de Conhecimento: Processo; procedimento; procedimentos no processo de cognição; procedimentos especiais; jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária; fases do procedimento ordinário; fase postulatória; fase saneadora; fase instrutória; fase decisória.

Procedimento Sumário: causas do procedimento sumário; indisponibilidade do procedimento sumário; procedimento; petição inicial e seu despacho, citação e resposta do réu; audiência; revelia; intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência.

Procedimento

Ordinário; petição inicial; do pedido; da resposta do réu; da contestação; das exceções; da reconvenção; da revelia e do reconhecimento do pedido. **Do Julgamento conforme o**

Estado do Processo: conceito, extinção do processo; julgamento antecipado da lide; despacho saneador; cabimento, conteúdo; efeito preclusivo; formas do despacho saneador.

Audiência de Instrução e Julgamento: características da audiência; atos preparatórios; adiamento da audiência; conciliação; procedimento da conciliação; instrução e julgamento; documentação da audiência. **Da Prova:** conceito; características da prova; objeto da prova;

finalidade e destinatário da prova; valoração da prova; o sistema do CPC, poder de instrução do juiz; ônus da prova; sistema legal do ônus da prova; convenção sobre o ônus da prova; meios de prova; procedimento probatório; instrução através de carta; dever de colaboração com a Justiça; depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial. **Da Sentença e da Coisa Julgada:** definição legal e classificação doutrinária; natureza da sentença definitiva; função da sentença definitiva; estrutura e formalidades da sentença; classificação das sentenças; efeitos da sentença; coisa julgada; limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. **Dos Recursos em Geral:** conceito; atos sujeitos a recurso; recursos admissíveis; correição parcial; princípios gerais dos recursos. **Da Apelação:** conceito; interposição da apelação; efeitos da apelação; recebimento da apelação; deserção; prazo para interposição da apelação; julgamento em segunda instância. **Do Agravo:** conceito, espécies de agravo, agravo retido nos autos; agravo retido após a apelação; agravo de instrumento (propriamente dito); efeitos do agravo; processamento. **Dos Embargos:** embargos infringentes; embargos de declaração. Recursos para os Tribunais Superiores. Uniformização da Jurisprudência e Ação Rescisória.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Edf. Saraiva;
2. GONÇALVES, Cunha Tratado de Direito Civil Ed. Brasileira.
3. THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, Ed. Forense.
4. ARRUDA ALVIM, José Manoel. Manual de Direito Processual Civil ed. RT.

DISCIPLINA: Direito Processual Civil III
CÓDIGO:
CARGA HORÁRIA: 80
CRÉDITO: 04
PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Civil II
PERÍODO: 8°

EMENTA

1. Petição Inicial 2. Pedido 3. Citações. 4. Defesa do Réu 5. Das Exceções 6. Da Contestação 7. Reconvenção 8. Julgamento conforme o Estado do Processo 9. Audiência de Instrução e Julgamento 10. Da Prova - Objeto da Prova 11. Ônus da Prova 12. Prova Emprestada 13. Falta ou Insuficiência de Prova 14. Sistema ou Avaliação de Provas 15. Prova Documental 16. Exibição de Documento ou Coisa 17. Da Confissão e do Depoimento Pessoal 18. Prova Testemunhal 19. Exames Periciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Petição Inicial: Petição Inicial; Requisitos da Petição Inicial; Juiz, Partes; O Fato e os Fundamentos Jurídicos do Pedido; O Pedido e suas Especificações; Os Meios de Prova; Requerimento para Citação do Réu; Valor da Causa; Documentos Instrumento de Mandato ; Ementa ou Complementação da Petição Inicial; Indeferimento da Petição Inicial; Natureza Jurídica do Ato de Indeferimento da Inicial e suas Conseqüências; Deferimento da Petição Inicial; Distribuição e Registro; Inalterabilidade da Petição Inicial **2. Do Pedido:** Conceito de Pedido; Requisitos do Pedido; Espécies de Pedidos; Pedidos de Determinados e Genéricos; Pedidos Fixos e Alternativos; Pedidos Subsidiários ou Sucessivos: Pedido Único e Pedidos Acumulados; Pedido de Prestação Periódica; Pedido com Cominação; Pedido de Prestação Indivisível; Interpretação do Pedido **3. Citações, Intimações:** Citação; Natureza da Citação; Necessidade da Citação; Do Destinatário da Citação; Efeitos da Citação; Modalidades da Citação; Citação por Mandato; Citação em Hora Certa; Citação pelo Correio; Citação por Carta; Citação por Carta Precatória; Citação por Carta de Ordem;

Citação por Carta Rogatória; Criação por Edital; Requerimento de Citação por Edital;

Formalidades de Citação por Edital; Das Intimações; De quando Correm os Prazos **4.**

Defesa do Réu: Da Defesa do Réu; Direito de Defesa; Espécies de Defesa; Defesa Contra

o Processo; Sistema do Código de Processo Civil **5. Das Exceções:** Exceções Processuais; Linhas Gerais sobre as Exceções Instrumentais; Exceções de Impedimento e da

Suspensão; Fundamentos do Impedimento e da Sucessão; Momentos das Arguições de

Impedimento e Suspensão; Procedimentos das Exceções de Impedimento e de Suspensão;

Outras Pessoas Passíveis de Impedimento ou de Suspensão; Exceção de Incompetência;

Procedimento da Exceção de Incompetência **6. Da Contestação:** Contestação; Princípios

da Eventualidade; Defesa Abrangíveis da Contestação; Defesa Suscitáveis Posteriores à

Contestação; Requisitos da Contestação; Prazos para a Contestação; Conclusões da

Contestação **7. Reconvenção:** Da Defesa à Reação; Conceituação da Reconvenção;

Distinção entre Reconvenção e Defesa; Distinção entre a Reconvenção e a Compensação;

Pressupostos Processuais; Pressupostos Próprios da Reconvenção; Campo de Aplicação da

Reconvenção; Procedimento da Reconvenção; Desistência da Reconvenção ou Extinção da

Ação Principal. **8. Julgamento Conforme o Estado do Processo:** Efeitos de Ordenamento

do Processo; Sentença de Extinção do Processo; Extinção do Processo sem julgamento do

Mérito; Extinção do Processo com julgamento do Mérito; Extinção do Processo Cumulativo; Julgamento Antecipado da Lide; Os Casos de Julgamentos

Antecipados da

Lide; Julgamento Antecipado dos Processos Cumulativos; Despacho Seneador; Natureza

do Despacho Seneador; Conteúdo do Despacho Seneador; Da Preclusão do Despacho

Seneador ; Em que o processo se profere o Seneador. **9. Audiência de Instrução e**

Julgamento: Da Audiência de Instrução e Julgamento; Princípios que informam a audiência; Atos preparatórios da audiência; Lugar da audiência; Do Horário da Audiência;

Publicidade das Audiências; Abertura da Audiência; Pessoas que devem comparecer; Da

Conciliação; Poderes de Policia e Funções Especiais do Juiz na audiência; Atos de
de
Instrução Probatória; Debates Orais; Substituição dos Debates Orais por
memoriais
Adiantamento das audiências; Unidade e Continuidade da audiência; Julgamento
de
Causa; Documentação da audiência **10. Da Prova – Objeto da Prova:** Noções
Introdutórias; Prova; Prova Judiciária; Conceito de Prova Judiciária; Classificação
das
Provas; Discriminação Legal das Provas; Objeto da Prova; Fatos Controvertidos;
Fatos
Relevantes; Fatos Determinados; Máximas da Experiência e Fatos Notórios;
Caracteres
dos Fatos Notórios; Os Fatos Notórios não carecem de prova; Do Direito que não
carece de
prova; Do Direito que carece de prova; Inteligência do Artigo 337 do Código de
Processo
Civil; Prova do Teor e da Vigência **11. Ônus da Prova:** Ônus da prova; O Ônus da
prova

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. SANTOS, Moacy Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Ed. Saraiva;
2. GONÇALVES, Cunha Tratado de Direito Civil. Editora Brasileira;
3. THEODORO JUNIOR, Humberto Curso de Direito Processual Civil, vol I Ed. Forense
4. ARRUDA ALVIM, José Manoel de Direito Processual Civil I e II ed. RT.

DISCIPLINA: Direito Processual Civil IV

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 80

CRÉDITO: 04

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Civil III

PERÍODO: 9°

EMENTA

Dos Procedimentos especiais. Procedimentos especiais da jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais da jurisdição voluntária. Procedimentos especiais das leis extravagantes. Juizados especiais cível mandado de segurança individual e coletivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Do Procedimento Especiais: Da ação de consignação em pagamento; conceituação legal; legitimação do pólo ativo e passivo; requisitos da petição inicial; contestação; rito extraprocessual; rito processual; **Da ação de depósito:** conceituação; objeto; requisitos da petição inicial; contestação; rito processual; **Da ação de anulação e substituição de título ao portador:** conceituação; objeto; requisitos da petição inicial; contestação; rito processual; **Da ação de prestação de contas:** conceituação; objeto; legitimação do pólo passivo e ativo; rito processual: **Das ações possessórias:** disposições gerais; **Da reintegração de posse:** conceituação de posse justa e posse injusta; objeto; legitimação ativa e passiva; requisitos de petição inicial; rito processual; **Do interdito proibitório:** conceituação; objeto; legitimação ativa e passiva; rito processual **Da ação de nunciação de obra nova:** conceituação; objeto; legitimação ativa e passiva; rito processual **Da ação de usucapião em terras particulares:** conceituação; objeto; realidade social; problema fundiário e de terras urbanas no Brasil e em Rondônia; legitimação ativa e passiva rito processual; **Do inventário e partilha:** disposições gerais; do rito processual; das colações; do pagamento das dívidas; da partilha; **Do arrolamento:** conceituação; objeto; rito processual; dos embargos de terceiro; da restauração dos autos; conceito, objeto, rito

processual **Do procedimento especiais de jurisdição voluntária – das alienações**

judiciais; conceituação, objeto, rito processual; **Da separação consensual**: conceituação;

objeto; rito processual; **Da curatela**: conceituação; objeto; rito processual;

Procedimento

especial das leis extravagantes - verificação de legislação extravagante para identificar a

natureza jurídica das normas; conflitos constitucionais de interpretação; objeto rito processual; **Juizados Especiais Cíveis**: competência; dos conciliadores e juizes leigos; rito

processual; da conciliação e do juízo arbitral; da contestação; sentença; embargos de

declaração; extinção do processo sem o julgamento do mérito; da execução;

Mandado de

Segurança: conceituação; objeto; natureza jurídica; ato de autoridade; legitimação ativa e

passiva; rito processual litisconsorte informações; sentença; peculiaridades no primeiro e

segundo grau de jurisdição.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DOWWER, Nelson Godoy Bassil. Curso Básico de Direito Processual Civil.

THEODORO Junior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil.

SANTOS, Ernani, Fidelis. Manual de Direito Processual Civil.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil

GRECO, Filho, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro.

MARQUES, José Frederico. Manual de |Direito Processual Civil.

DINAMARCO, Candido Rangel. A Reforma do Código de Processo Civil.

EMENTÁRIO DO CURSO DE DIREITO DA UNIR/2000

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Propedêutica Processual. Desenvolvimento do Direito Processual. A jurisdição. A ação. O processo. Órgãos da jurisdição. Organização Judiciária. Ministério Público. Advocacia Geral da União. Defensoria Pública. A competência. Conteúdo objetivo do processo. Composição subjetiva do processo. Morfologia do processo. Disciplina normativa do processo. Dinâmica do processo. A prova. A sentença. Recursos. Coisa Julgada. Execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Da ação. Processo: procedimento. Das partes e procuradores. Intervenção de Terceiros. Atos do juiz e do escrivão. Do tempo e lugar dos atos processuais. Da comunicação dos atos. Da citação e da intimação. Nulidades processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Processo de conhecimento. Procedimento Sumário. Procedimento ordinário. Petição Inicial. Do pedido. Resposta do réu. Contestação. Exceção. Reconvenção. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Da apelação. Do agravo. Dos embargos. Do recurso para os tribunais superiores. Uniformização de jurisprudência. Da ação rescisória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Processo de execução. Execução definitiva e provisória. Da responsabilidade patrimonial. Da liquidação de sentença. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Da arrematação. Do pagamento ao credor. Execução para entregar coisa certa e incerta. Execução da obrigação de fazer e não fazer. Embargos do devedor. Remissão de bens. Suspensão e extinção do processo de execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Do processo cautelar.. Dos procedimentos especiais. Procedimentos especiais da jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais da jurisdição voluntária. Procedimentos especiais das leis extravagantes. Juizados especiais cíveis. Mandado de segurança individual e coletivo.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Sociologia Geral

CÓDIGO:

CARGA HORARIA: 60

CRÉDITO: 03

PRÉ-REQUISITO:

PERÍODO: 1º

B. EMENTA

Conceito de Sociologia. Antecedentes da formação do pensamento sociológico. A sociologia como ciência. A relação da sociologia com as demais ciências sociais. Objeto e Método. Principais escolas sociológicas. Conceito de classe social. Consciência de classe e seus níveis. Os principais conceitos sociológicos: cultura, trabalho e sociedade. Organização Social. Comunidades, Sociedades e Estado.

C. CONTEUDO PROGRAMÁTICO

O pensamento sociológico: aspectos históricos. As Ciências Sociais e a Sociologia. Conceitos sociológicos fundamentais: ação social, relação social, processos sociais, instituições, socialização, estrutura social e mudança social. A sociedade de classes: características e processos básicos. Sociologia como instrumento de atuação profissional. Divisão do trabalho e industrialização. Crescimento demográfico, migração e urbanização. Estratificação social e distribuição de renda. Poder político e classes sociais. Estabilidade e mudança social. Perspectivas teóricas da sociologia rural. Classes sociais nas Sociedades Agrárias. Reforma Agrária e mudança estrutural. Ideologia e os problemas da Reforma Agrária. Sociologia urbana. As cidades. Urbanização e Desenvolvimento. O homem urbano. Urbanização e estratificação social. Modernização e urbanização. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Direito e Sociologia. Função social do Direito. Conceito sociológico do Direito. Direito como fato social. Direito e Anomia. Relações entre o Direito e a realidade social. Os grandes problemas da Sociologia do Direito. Micro-sociologia jurídica. Sociologia Jurídica Diferencial ou Tipológica. Sociologia Genética do Direito.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FERNANDES, Florestan. A natureza sociológica da sociologia. São Paulo: Ática, 1980.

IANNI, Octávio. Sociologia da sociologia latino-americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed., Florianópolis: UFSC, 1989.

STRASSER, HERMANN. A Estrutura Normativa da Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar , 1978 .



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA

**NUCLEO DE CIENCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Medicina Legal

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 60

CRÉDITO: 03

PRÉ-REQUISITO: Direito Penal I

PERÍODO: 10º

B. EMENTA

Medicina Legal ou Judiciária. Histórico. Perícia Médica. Identificação Médico-Legal e Odontológica. Noções de Criminologia. Exame Criminalístico. Noções de Psicopatologia Judiciária. Sexologia. Traumatologia. Energia de Ordem Mecânica. Energia de Ordem Física. Lesões Produzidas por Ordem Química. Sede. Causa Mortis. Tanatologia. Morte Suspeita. Reação Vital. Necropsia Médico-Legal. Atestado de Óbito. Infortunística. Laudos e Pareceres.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.0 Introdução a Medicina legal. História da Medicina Legal. Conceitos. Divisão da Medicina Legal. possibilidade Futuras.
2.0 - Documentos Médicos-legais. Conceito. Classificação. Indicação. Uso dos documentos Médico-legais. Aspectos éticos.
3.0 - Identidade e identificações. Conceito. Reconhecimento. Requisitos científicos. Metodos.
4.0 - Manchas em geral e pelos. Conceitos. Sinais de orientação. Sinais de probabilidade. Sinais de Certezas. Sinais individuais.
5.0 - Traumatologia I e II. Os agentes Lesivos e seus efeitos. Classificação. Mecanismos. Energias de Ordem Mecânica. Energias de Ordem Física. Energias de Ordem Físico-Químicas (Asfixiologia). Aspectos éticos.
6.0 - Tanatologia. Conceito. Sinais de Morte. Fenômenos cadavéricos. Mo-

7.0	Sexologia Forense.	Conceito.	Crimes Contra os costumes.	Aspectos eticos.
8.0	Psicopatologia Forense.	Revisao Historica e conceituacao.	Problemas eticos.	Aborto.
9.0	Antropologia Forense.	Conceito.	Classificacao.	Exame da Ossada.
10.0-	Diagnostico medico-legal	(sexo, idade, estatura e	Medica.
		Etica		
				Medidas de seguranca
				Transsexualismo.
				Aspectos eticos.
				Semi-imputabilidade e Inimputabilidade.
				Medidas de seguranca
				Vitimologia.

D. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBARRACIN, R. Manual de criminalística, Buenos Aires: Edit. Policial, 1971.
- ALCÂNTARA, H. R. de. Perícia médica judicial, Rio de Janeiro: Guanabara II, 1982.
- ARBEZ, G. O. Medicina legal e antropologia forense, Rio de Janeiro: Atheneu, 1988.
- BASTOS, A. F. et. al. Medicina legal para não legistas, Campinas: Copola Edit., 1998.
- BONNET, E. F. P. , 2 ed. 2 reimp. Buenos Aires: López Libreros, 1993. 2 v.
- BRITO Fº, D. Toxicologia humana e geral, 1 ed. Curitiba: Liv. Itaipu, 1983.
- CALABUIG, J. A. G. Medicina legal y toxicologia, 4 ed. Barcelona: Salvat Edit, 1991.
- CARVALHO, H. V. de. Diagnóstico diferencial entre lesões produzidas em vida e depois da morte. Contribuições para seu estado no sistema nervoso, [Tese]. São Paulo, 1956.
- FÁVERO, F. Medicina legal, 11 ed. São Paulo: Itatiaia , 1980. 2v.
- FRANÇA, G. V. de. Medicina legal, 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan SA, 1998.
- GOZALEZ, L. R. M. Manual de introduction a la criminalistica, 1 ed. Mexico: Edit. Porrúa, 1977.
- MARANHÃO, O. R. Curso básico de medicina legal, 8 ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- MARANHÃO, O. R. Curso básico de medicina legal, 8 ed. ver. e aum. São Paulo: Malheiros, 1996.
- MELLO, J. A. de. Medicina legal, São Paulo: Edit. Edinoz, 1997.
- MENDES, R. Medicina do trabalho e doenças profissionais, São Paulo: Ed. Saviar, 1980.
- PONSOLD, Albert. Manual de Medicina Legal (trad. espanhola), Barcelona, Ed. Científico Médica, 1955.
- WHITAKER, E.A. Manual de Psicologia e Psicopatologia Judiciárias, São Paulo, Col. Acácio Nogueira, 1958.
- ZACHARIAS, M. & ZACHARIAS, E. Dicionário de medicina legal, Curitiba: Educa, 1988.
- ZARZUELA, José Lopes. Medicina legal para provas e concursos, São Paulo, Edit Angelotti Ltda., 1993.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Civil I

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 40

CRÉDITO: 02

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Civil I

PERÍODO: 7º

B. EMENTA

Técnica de redação jurídica, trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, forense e não forense. Elaboração de peças processuais. Assistência e participação a audiências na área específica. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores na área civil.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Procuração: Conteúdo – Poderes; Substabelecimento; Com reservas de poderes; Sem reservas de poderes; Renúncia; Responsabilidade. Contrato de Honorários: Noções e Modelos. Competência: Noções; Modificações de Competência; Declaração da Incompetência. 04. Petição Inicial: Noções – Requisitos / Pedido / Indeferimento; Tema: Separação Judicial e Divórcio. 05. Resposta do Réu: Constatação, Exceção e Reconvenção; Noções; Preliminares e Mérito; Impugnação valor da causa;

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil. São Paulo: RT, 1998.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vols. 2, 3, 4 e 5. São Paulo: Saraiva, 1999.

PERES, Alcides Conejeiro & CARVALHO, Adélia Barbosa. Manual de Prática Forense e Orientação do Estagiário de Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

RAITINI, Francisco. Prática de Processo Civil, Vols. I, II, III. São Paulo: Saraiva, 1992.

SANTOS, M. Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil, Vols. 1, 2 e 3, São Paulo: Saraiva, 1992.

SILVA, Caio Mário Pereira. Instituição de Direito Civil, Vols. II, III e V. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

SILVA, Ovidio A. Baptista. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. XL. Porto Alegre: Lejur, 1996.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de Execução. São Paulo: Leud, 1998.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Civil II

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 40

CRÉDITO: 02

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Civil I e II

PERÍODO: 8º

B. EMENTA

Técnica de redação jurídica, trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, forense e não forense. Elaboração de peças processuais. Assistência e participação a audiências na área específica. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores na área civil.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Separação Judicial Litigiosa e Divórcio. 06. Ritos processuais: Procedimento Ordinário. Noções – Desenvolvimento. Tema: Investigação de Paternidade. Comentários. 07. Procedimento Sumário: Noções. Desenvolvimento. Tema: Acidente de Trânsito. Comentários. 08. Procedimento Especial: Noções. Desenvolvimento. Tema: Consignação em Pagamento. Comentários. 09. Processo de Execução: Noções. Comentários. Tema: Execução por quantia certa. 10. Processo Cautelar: Noções. Comentários. Tema: Busca e Apreensão. 11. Julgamento conforme o Estado do Processo: Extinção do Processo. Julgamento antecipado – Saneamento. Tema: Ação de Alimentos. Ação de Interdição. 12. Audiência: Noções. Da Instrução e Julgamento. Realização de audiência simulada. Tema: Acidente de Trânsito. 13. Sentença: Noções, Requisitos e efeitos. Tema: Reintegração de Posse.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil. São Paulo: RT, 1998.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vols. 2, 3, 4 e 5. São Paulo: Saraiva, 1999.

PERES, Alcides Conejeiro & CARVALHO, Adélia Barbosa. Manual de Prática Forense e Orientação do Estagiário de Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

RAITINI, Francisco. Prática de Processo Civil, Vols. I, II, III. São Paulo: Saraiva, 1992.

SANTOS, M. Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil, Vols. 1, 2 e 3, São Paulo: Saraiva, 1992.

SILVA, Caio Mário Pereira. Instituição de Direito Civil, Vols. II, III e V. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

SILVA, Ovidio A. Baptista. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. XL. Porto Alegre: Lejur, 1996.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de Execução. São Paulo: Leud, 1998.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Civil III

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 40

CRÉDITO: 02

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Civil I, II e III

PERÍODO: 9º

B. EMENTA

1. Prática Profissional, sob a forma de Estágio Supervisionado com elaboração de peças, bem como, visitas ou comparecimentos a Cartórios, acompanhamento de Audiência, além da pesquisa de Jurisprudência e participação em Processos Reais e Simulados na Área Cível.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Recursos; Conceito; Escolha; Prazos; Preparo; Processamento; Generalidades; Apelação; Efeitos; Processamento; Agravo de Instrumento; Noções; Modalidade; Retratação; Efeitos; Tipos; Embargos de declaração e infringentes; Admissibilidade; Finalidade; Processamento; Recursos Extraordinário e Especial; Interposição: Constituição Federal/1988; Processamento; Recurso Adesivo.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 4ª ed. São Paulo: RT, 1996

_____. O direito processual de estar em juízo. São Paulo: RT, 1996.

_____. Tratado de direito de direito processual civil. 2ª ed. São Paulo: RT, 1996.

ARONNE, Ricardo. O princípio do livre convencimento do juiz. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1996.

BORTOLAI, Edson Cosac Manual de prática forense civil. 5ª ed. São Paulo: RT, 1996.

BRUM, Jader Maurício. Agravo, inovações, comentários. Rio de Janeiro: Aide, 1996.

CALDAS, Gilberto. Como interpor recursos cíveis. 15^a ed. São Paulo: Jurídica, 1996.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Dos procedimentos sumário e sumaríssimo. Rio de Janeiro: Lemen Júris, 1996.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Audiência de instrução e julgamento. 4^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

_____. O novo recurso de agravo e outros estudos. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

FRIEDE, R. Reis. Aspectos fundamentais das medidas liminares. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

GAMA, José de Souza. Curso de prática forense cível e comercial. 5^a ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

GRINOVER, Ada Pelegrini. O processo em evolução. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1996.

JORGE, Flávio Chein. Chamado ao processo. São Paulo: RT, 1997.

MILHOMENS, Jônatas. Dos recursos cíveis. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

_____. Manual prático do advogado: prática forense civil, penal e trabalhista. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MOREIRA, Wander Paulo Marotto. Juizados especiais cíveis. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Penal I

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 40

CRÉDITO: 02

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Penal I

PERÍODO: 8º

B. EMENTA

Técnica de redação jurídica, trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, forense e não forense. Elaboração de peças processuais. Assistência e participação a audiências na área específica. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores na área civil.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Separação Judicial Litigiosa e Divórcio. 06. Ritos processuais: Procedimento Ordinário. Noções – Desenvolvimento. Tema: Investigação de Paternidade. Comentários. 07. Procedimento Sumário: Noções. Desenvolvimento. Tema: Acidente de Trânsito. Comentários. 08. Procedimento Especial: Noções. Desenvolvimento. Tema: Consignação em Pagamento. Comentários. 09. Processo de Execução: Noções. Comentários. Tema: Execução por quantia certa. 10. Processo Cautelar: Noções. Comentários. Tema: Busca e Apreensão. 11. Julgamento conforme o Estado do Processo: Extinção do Processo. Julgamento antecipado – Saneamento. Tema: Ação de Alimentos. Ação de Interdição. 12. Audiência: Noções. Da Instrução e Julgamento. Realização de audiência simulada. Tema: Acidente de Trânsito. 13. Sentença: Noções, Requisitos e efeitos. Tema: Reintegração de Posse.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil. São Paulo: RT, 1998.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vols. 2, 3, 4 e 5. São Paulo: Saraiva, 1999.

PERES, Alcides Conejeiro & CARVALHO, Adélia Barbosa. Manual de Prática Forense e Orientação do Estagiário de Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

RAITINI, Francisco. Prática de Processo Civil, Vols. I, II, III. São Paulo: Saraiva, 1992.

SANTOS, M. Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil, Vols. 1, 2 e 3, São Paulo: Saraiva, 1992.

SILVA, Caio Mário Pereira. Instituição de Direito Civil, Vols. II, III e V. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

SILVA, Ovidio A. Baptista. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. XL. Porto Alegre: Lejur, 1996.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de Execução. São Paulo: Leud, 1998.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Penal II

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 40

CRÉDITO: 02

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Penal I e II

PERÍODO: 8º

B. EMENTA

Técnica de redação jurídica, trabalhos simulados orientados de prática jurídica penal, forense e não forense. Elaboração de peças processuais. Assistência e participação a audiências na área específica. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores na área penal.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Preparar o aluno para o exercício da atividade jurídica, por meio de experiências reais e simuladas diretamente junto aos Tribunais. Contribuir na formação de um profissional independente imbuído de capacidade crítica e conseqüente agente transformador da sociedade e operador consciente da responsabilidade de sua atuação em total interação com a sociedade. Elaboração de peças processuais; Acompanhamento processual; Realização de audiências.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Adalberto. Da prova no Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

ASSIS, Araken de. Manual da Execução. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BITENCOURT, César Roberto. Código Penal Comentado. São Paulo: Saraiva.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: SAFE.

CASTILHO, Eduardo dos Santos. Estatuto do Estrangeiro e Legislação

Complementar. Coleção Verba Legis. 1a ed. São Paulo: Iglu, 2004.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares. Rio de Janeiro: Forense.

_____. Intervenção de terceiros. São Paulo: Saraiva.

_____. Jurisdição e competência: exposição didática – área do direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Malheiros.

DA LUZ, Valdemar P. Manual do Advogado. Porto Alegre: Sagra-Dc Luzzatto Editores.

FREITAS, Vladimir Passos de. Comentários ao Estatuto do Estrangeiro e Opção de Nacionalidade. 1a ed. São Paulo: Millenium, 2005.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

GRINOVER, Ada Pellegrini. As Condições da Ação Penal. São Paulo: RT.

_____. Juizados Especiais Criminais. São Paulo: RT

_____. Nulidades do Processo Penal. São Paulo: RT

_____. Teoria Geral do Processo. São Paulo: RT.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva.

_____. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.

_____. Processo Penal. São Paulo: Atlas.

_____. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas.

_____. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas.

_____. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas.

MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. São Paulo: Atlas.

MOSSIN, Heráclito Antônio. Curso de Processo Penal, vol. 1 e 2. São Paulo: Atlas.

Nishiyama, Adolfo Mamoru. Manual de Prática Forense. São Paulo: Atlas.

NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: RT.

SILVA FRANCO, Alberto. Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: RT.

SOUZA, Bernardo Pimentel. Introdução aos Recursos Cíveis e a Ação Rescisória. São Paulo: Saraiva.

STRENGER, Irineu. Direitos e Obrigações do Estrangeiro no Brasil. 2a ed. São Paulo: LTr, 2003.

TELES, Ney Moura. Direito Penal. São Paulo: Atlas.

TORNAGHI, Hélio. A relação processual penal. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

_____. Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Penal III

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA: 40

CRÉDITO: 02

PRÉ-REQUISITO: Direito Processual Penal I, II e III

PERÍODO: 9º

B. EMENTA

Técnica de redação jurídica, trabalhos simulados orientados de prática jurídica penal, forense e não forense. Elaboração de peças processuais. Assistência e participação a audiências na área específica. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores na área penal.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Preparar o aluno para o exercício da atividade jurídica, por meio de experiências reais e simuladas diretamente junto aos Tribunais. Contribuir na formação de um profissional independente imbuído de capacidade crítica e conseqüente agente transformador da sociedade e operador consciente da responsabilidade de sua atuação em total interação com a sociedade. Elaboração de peças processuais; Acompanhamento processual; Realização de audiências.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Adalberto. Da prova no Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

ASSIS, Araken de. Manual da Execução. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BITENCOURT, César Roberto. Código Penal Comentado. São Paulo: Saraiva.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: SAFE.

CASTILHO, Eduardo dos Santos. Estatuto do Estrangeiro e Legislação

Complementar. Coleção Verba Legis. 1a ed. São Paulo: Iglu, 2004.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares. Rio de Janeiro: Forense.

_____. Intervenção de terceiros. São Paulo: Saraiva.

_____. Jurisdição e competência: exposição didática – área do direito processual civil. São Paulo: Saraiva.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Malheiros.

DA LUZ, Valdemar P. Manual do Advogado. Porto Alegre: Sagra-Dc Luzzatto Editores.

FREITAS, Vladmir Passos de. Comentários ao Estatuto do Estrangeiro e Opção de Nacionalidade. 1a ed. São Paulo: Millenium, 2005.

GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

GRINOVER, Ada Pellegrini. As Condições da Ação Penal. São Paulo: RT.

_____. Juizados Especiais Criminais. São Paulo: RT

_____. Nulidades do Processo Penal. São Paulo: RT

_____. Teoria Geral do Processo. São Paulo: RT.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva.

_____. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.

_____. Processo Penal. São Paulo: Atlas.

_____. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas.

_____. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas.

_____. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas.

MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. São Paulo: Atlas.

MOSSIN, Heráclito Antônio. Curso de Processo Penal, vol. 1 e 2. São Paulo: Atlas.

Nishiyama, Adolfo Mamoru. Manual de Prática Forense. São Paulo: Atlas.

NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: RT.

SILVA FRANCO, Alberto. Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: RT.

SOUZA, Bernardo Pimentel. Introdução aos Recursos Cíveis e a Ação Rescisória. São Paulo: Saraiva.

STRENGER, Irineu. Direitos e Obrigações do Estrangeiro no Brasil. 2a ed. São Paulo: LTr, 2003.

TELES, Ney Moura. Direito Penal. São Paulo: Atlas.

TORNAGHI, Hélio. A relação processual penal. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

_____. Processo Penal. São Paulo: Saraiva.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
UNIR FEDERAL DE RONDÔNIA

**NUCLEO DE CIENCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS JURÍDICAS**

A. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Psicologia Jurídica
CÓDIGO:
CARGA HORÁRIA: 80
CRÉDITO: 04
PRÉ-REQUISITO: Não exigido
PERÍODO: 10º

B. EMENTA

O Homem e sua subjetividade desejante que se relaciona com o Direito.

C. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Principais escolas da psicologia: BEHAVIORISMO, GESTALT, PSICOLOGIA SOCIAL, PSICANÁLISE. **2. Epistemologia da psicologia:** A Psicologia enquanto ciência, a história da subjetivação, autoritarismo, poder, saber, ideologia, repressão social e sexual liderança **3. Antropologia Freudiana:** (FREUDOMARXISMO, ANTIPSIQUIATRIA) Teóricos MRX, FREUD, REICH, KALIDOVA, FROMM, MARCUSE, ADORNO, - Escola de Frankfurt. **4. Questões sobre o normal e o patológico:** mente grupal: Lê Bom e Freud **5. História da sexualidade:** Foucault **6. Estrutura de personalidade:** Neurose, Psicose, Perversão e suas características **7. Desejo e a Lei:** Textos diversos de psicologia Jurídica como Bioética, transexualismo, adoção de criança por homossexuais, união estável homossexual, destituição do pátrio poder e suas conseqüências psíquicas. **8. Instancias psíquicas:** ID, EGO, SUPEREGO **9. Entidade Familiar:** Mudança na família e suas conseqüências: fim do patriarcalismo, posição feminina na sociedade, novas funções maternas e paternas. **10. Noções do Desenvolvimento psíquico-social humano:** Nascimento, infância, adolescência, maturidade, velhice. 11. Direito e sexualidade **12. O Público e o Privado em relação ao desejo.**

D. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLIGARIS, C. HELLO BRASIL! NOTAS DE UM PSICANALISTA EUROPEU VIA JANDO PELO BRASIL. SÃO PAULO, ESCUTA.

GIDDENS, { TRANSFORMAÇÃO DA INTIMIDADE, SEXUALIDADE, AMOR E ERRO

TISMO NAS SOCIEDADES MODERNAS. SÃO PAULO, UNESP. 1993.

GUIMARAES,Z DESVENDANDO AS MÁSCARAS SOCIAIS. RIO DE JANEIRO,JORGE ZAHAR.

SENNETT,R. O DECLÍNIO DO HOMEM PÚBLICO. SÃO PAULO, CIA DAS LETRAS 1988.

REICH,W. PSICOPATOLOGIA E SOCIOLOGIA DA VIDA SEXUAL. SÃO PAULO, GLOBAL, S/D

REICH,W. PSICOLOGIA DE MASSA DO FASCISMO.

REICH, W. ESCUTA ZÉ NINGUEM

MOFFATT,ª PSICOTERAPIA DO ORIMIDO. IDEOLOGIA E TECNICA DA PSIQUIATRIA POPULAR. SÃO PAULO, CORTEZ, 1986.

ROUANET,SP. TEORIA CRÍTICA E PSICALISE. SÃO PAULO,BTU 66,1989

PEREIRA, R.C. A SEXUALIDADE VISTA PELOS TRIBUNAIS. BELO HORIZONTE: DEL REY, 2000.

PEREIRA. R.C. DIREITO DE FAMÍLIA: UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA, BELO HORIZONTE: DEL REY, 1001.

FOUCAULT.M. VIGIAR E PUNIR: HISTÓRIA DA VIOLENCIA NAS PRISÕES, PE TRÓPOLIS: 2001.

DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo
CÓDIGO:
CARGA HORÁRIA: 80
CRÉDITO: 04
PRÉ-REQUISITO: Introdução ao Estudo do Direito
PERÍODO: 5º

EMENTA

Propedêutica processual. Desenvolvimento do Direito Processual. A jurisdição. A ação. O processo. Órgãos da Jurisdição. Organização Judiciária. Ministério Público. Advocacia Geral da União. Defensoria Pública. A competência. Conteúdo objetivo do processo. Composição subjetiva do processo. Morfologia do processo. Disciplina normativa do processo. Dinâmica do processo. A prova. A sentença. Recursos. Coisa julgada. Execução. 1. Estado, Sociedade e Direito 2. Denominação do Direito Processual 3. Evolução do Direito Processual 4. Do Processo 5. Das Teorias da Ação 6. Da Jurisdição 7. Da Competência 8. Do Poder Judiciário 9. Da Organização Judiciária 10. Das Justiças 11. Dos Órgãos Auxiliares da Justiça 12. Dos Códigos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estado, Sociedade e Direito: Ligações entre Direito e Sociedade, sociedade e Estado, Direito e Estado; a função do Direito
2. Denominação do Direito Processual: denominação; posição enciclopédia do Direito Processual; divisão do Direito Processual
3. Evolução do Direito Processual: Evolução Histórica e Doutrinária do Direito Processual
4. Do Processo: conceito; natureza jurídica do Processo; princípios do Direito Processual; processo, procedimento e relação processual; formação, suspensão e extinção do processo; processo de cognição, de execução e cautelar; procedimentos e formas dos atos; atos probatórios; vícios e nulidades dos atos processuais; sujeitos do processo
5. Das Teorias da Ação: as teorias da ação modos de conceber a ação; condições de ação; classificação das ações
6. Da Jurisdição: conceito, natureza e características; princípios da jurisdição; espécies e limites da jurisdição; relacionamento entre jurisdição civil e penal; tutela Estatal dos interesses privados; jurisdição voluntária e contenciosa
7. Da Competência: conceito;

Critérios determinativos; espécies de competência; competência absoluta e relativa;
prorrogação da competência; conexão e continência; desaforamento; prevenção e perpetuação da jurisdição **8. Do Poder Judiciário:** conceito; funções do poder judiciário e funções jurisdicionais; órgãos da jurisdição; independência do poder judiciário; as garantias do poder judiciário como um todo; as garantias dos magistrados; garantias de independência; impedimentos como garantia de imparcialidade **9. Da Organização Judiciária:** conceito, conteúdo da organização judiciária ; magistratura; duplo grau de jurisdição; composição dos juízos; divisão judiciária; época para os trabalhos forenses; os Tribunais Superiores; organização da Justiça da União; organização da Justiça Estadual **10. Das Justiças:** justiça comum; Justiça Especiais **11. Dos Órgãos Auxiliares da Justiça:** órgãos auxiliares permanentes e órgãos auxiliares eventuais **12. Dos Códigos:** razão da codificação; vantagens e desvantagens da codificação.

BIBLIOGRAFIA

1. PACHECO, José da Silva. **Curso de Teoria Geral do Processo**. Ed. Forense;
2. COLUCCI, Maria da Glória e outro. Lições de Teoria Geral do Processo Ed. Juruá Ltda;
3. CINTRA, Antônio Carlos de Araújo e Outros Teoria Geral do Processo Ed. RT;
4. TESHEINER, José Maria Rosa. Elemento para uma Teoria Geral do Processo Ed. Saraiva;
5. ROCHA, José de Albuquerque. Teoria Geral do Processo. Ed. Saraiva;
6. RIBEIRO, Djamin Maria Radamés de Sá. Teoria Geral do Processo Civil. Ed. AIDE;
7. ALVIM, J.E. Carreira. Elementos de Teoria Geral do Processo Editora Forense.